

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
LINHA 2: SOCIEDADE E PRÁTICAS CULTURAIS

MAYARA LARISSA BENATTI DA SILVA

**Limites e possibilidades da democracia no ciberespaço: uma análise sobre a
militância feminista na rede**

Maringá
2020

MAYARA LARISSA BENATTI DA SILVA

Limites e possibilidades da democracia no ciberespaço: uma análise sobre a militância feminista na rede

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Linha 2 - Sociedade e Práticas Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Costa

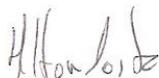
Para todas as mulheres com quem eu tive o prazer de dividir a minha existência. Vocês inspiraram e fortaleceram a minha caminhada. Juntas vamos mais longe.

MAYARA LARISSA BENATTI DA SILVA

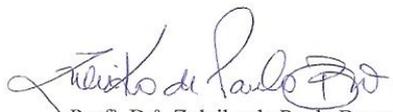
Limites e possibilidades da democracia no ciberespaço: uma análise sobre a militância feminista na rede

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Hilton Costa
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Zuleika de Paula Bueno
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof. Dr. Arilda Arboleya
Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR)

Aprovada em: 19 de fevereiro de 2020

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

Durante esses anos de estudo pude traçar um caminho que jamais conseguiria percorrer sozinha. A produção dessa pesquisa se concretizou graças a algumas pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente no decorrer deste processo. Mesmo nos momentos difíceis pude contar com mãos atenciosas que me guiaram com maestria e me fizeram enxergar que tudo daria certo. Agora é um momento de alegria e quero dividi-lo com vocês.

Primeiramente, agradeço aos meus pais Nilson e Simone por me mostrarem desde sempre a potência transformadora que os estudos podem ter em nossas vidas, obrigada por me incentivarem a ler desde criança, por serem as primeiras pessoas a acreditarem em mim e por terem me mostrado que eu também podia acreditar em mim mesma.

À minha amada companheira Natalia por todo amor, carinho e cuidado desde quando iniciei meus estudos para o processo seletivo, até agora na concretização deste sonho. Você esteve presente em todas as etapas desta pesquisa, oferecendo apoio, café e, às vezes, gin tônica, quando necessário. Agradeço também pelas indicações de leitura, empréstimos de livros e por sempre me ouvir atentamente falar sobre essa dissertação. Você é meu lar, te amo!

Ao meu orientador, professor Dr. Hilton Costa, sou grata por ter acolhido uma comunicóloga que decidiu se aventurar nas Ciências Sociais. Agradeço pelo direcionamento desta pesquisa, pela prontidão e dedicação ao longo destes dois anos. Obrigada pelas orientações, por sempre ler meus textos e encontrar os melhores caminhos para conduzir este trabalho.

Às professoras Dras. Simone Pereira da Costa Dourado e Zuleika de Paula Bueno, agradeço imensamente por terem participado da banca de qualificação deste trabalho e por terem feito considerações valiosas para o avanço desta pesquisa.

À professora Dra. Carla Almeida, sou grata por ter me aceitado em sua disciplina de Gênero e Política, foi uma experiência grandiosa realizar meu estágio docência nesta disciplina. Agradeço também pelas diversas indicações de leituras sobre política e feminismo e também por outras contribuições expressivas na concretização desta pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Fagner Carniel e à professora Dra. Meire Mathias por me apresentarem o campo dos estudos decoloniais, especialmente pelos necessários debates sobre feminismo decolonial.

Gostaria também de expressar minha gratidão por todas amigas e amigos incríveis com quem posso dividir a minha existência. André, Drika, Edu, Laura, Mateus e Tamy, destaco vocês, pois fizeram a vida ser mais leve durante esses anos de estudo. Drika e Laura, além disso, também as agradeço por serem grandes exemplos da luta feminista teórica e prática. Obrigada pelas trocas, pelas conversas cotidianas, pelas indicações de leitura e por me inspirarem a continuar.

Sou grata pelas minhas colegas de trabalho, que se tornaram amigas queridas: Aline, Giovanna, Helena, Heloísa, Isabela e Mariana. Não foi fácil me dedicar ao mestrado no tempo em que trabalhei, mas vocês sempre estiveram lá para me apoiar e me lembrar que tudo daria certo no final. O apoio de vocês foi fundamental para conseguir prosseguir durante esses anos e sei que sempre posso contar com a amizade de vocês.

Agradeço às minhas colegas de turma Daiany, Luara e Milena, foi incrível conhecê-las neste processo. Obrigada por me ajudarem quando precisei, pelas conversas e trocas durante esses dois anos.

À minha gata Paçoca, por ser a minha maior companhia desde a graduação até o presente momento de finalização desta pesquisa. Ao observá-la aprendo constantemente sobre o amor genuíno.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agradeço por financiar este projeto durante 12 meses e fazer essa produção ser possível.

À educação pública, gratuita e de qualidade. Sou imensamente grata por ter cursado todo meu ensino fundamental e médio em escolas públicas, além da minha graduação e também este mestrado.

À todas as pessoas que me acompanharam durante esses anos e que não estão nomeadas aqui, mas fizeram parte desta jornada: meus sinceros agradecimentos.

"Tenho a impressão de que, de algum modo, devemos nosso feminismo a nossas mães e avós mesmo quando elas não se diziam, e talvez nem fossem, feministas. Com elas, estamos inscritas como mulheres - ou como pessoas em geral que se afirmam como feministas - em uma história que não começa nem termina em nossa mera vida. Elas fazem parte de nossa biografia. Em nome de nossas antepassadas, diretas ou não, nos tornamos feministas porque houve mulheres que foram duramente oprimidas, mas também porque no passado existiram lutadoras incomuns, pessoas que se tornaram exemplos, mulheres a quem devemos o nosso lugar. Estamos unidas às feministas do passado e, desse modo, às do futuro."

(Marcia Tiburi)

RESUMO

Muito tem se falado sobre a militância *online*, principalmente a que é realizada a partir das redes sociais e que potencializa discursos pessoais com o intuito de desabafar, denunciar e refletir sobre um ocorrido de destaque. Dentre as diversas redes sociais utilizadas para o ciberativismo, o *Twitter* ganhou muito destaque e um papel central principalmente para o ativismo feminista, já que é muito útil em campanhas com o uso de *hashtags*. Após algum ocorrido de destaque, tem sido comum que as feministas articulem protestos neste espaço. A

presente pesquisa apresenta um estudo a partir das *hashtags* #MeToo e #DeixaElaTrabalhar, trazendo um debate sobre possibilidades e limites do ciberativismo feminista. Além da análise documental o trabalho também apresenta pesquisa empírica com entrevistadas ciberativistas de Maringá-PR e região e busca responder a seguinte pergunta: como acontece a circulação de ideias feministas no ciberespaço? Ao pensar a pergunta, explanamos sobre o conceito de democracia, este que vai sobre o acesso ao feminismo em si, mas também para o aprofundamento no movimento. Trazemos como possibilidades da democratização do feminismo a quebra do silenciamento histórico das mulheres, a diminuição de custos e de tempo, a maior visibilidade de temas como assédio e abuso sexual, entre outras questões. Também ponderamos trazendo discussões sobre os discursos de ódio que se intensificam nas redes sociais, a ameaça do conservadorismo do atual momento político, os perigos da cultura do cancelamento e também debatemos a dificuldade do movimento feminista dialogar com todas as mulheres.

Palavras-chave: Democracia, Ciberativismo, Feminismos.

ABSTRACT

Much has been said about online activism, especially that carried out through social networks and that enhances personal speeches in order to vent, denounce and reflect on a prominent event. Among the various social networks used for cyberactivism, Twitter has gained a lot of prominence and a central role mainly for feminist activism, since it is very useful in campaigns using hashtags. After some notable occurrence, it has been common for feminists to articulate protests in this space. This research presents a study based on the hashtags #MeToo and #DeixaElaTrabalhar, bringing a debate about possibilities and limits of feminist cyberactivism. In addition to documentary analysis, the work also presents empirical research with cyberactivists interviewed from Maringá-PR and region and seeks to answer the following question: has cyberactivism democratized access to feminisms? When thinking about the question, we expanded the concept of democracy beyond access to feminism itself, but to deepen the movement. We bring as possibilities of the democratization of feminism the breaking of the historical silencing of women, the reduction of costs and time, the greater visibility of themes such as sexual harassment and abuse, among other issues. We also consider bringing discussions about hate speech that intensify on social networks, the threat of conservatism in the current political moment, the dangers of the culture of cancellation and we also discuss the difficulty of the feminist movement to dialogue with all women.

Keywords: Democracy, Cyberactivism, Feminisms.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Tweets da seleção documentada a partir da hashtag #MeToo, mostra como as campanhas feministas nas redes sociais se tornaram alvo de discursos de ódio.	26
Imagem 2 - Índice de violência letal contra mulher	40

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Democracia e participação na rede	20
1.1 - Entre dicotomias e silenciamentos	21
1.2 - Como pensar o fazer político feminista nas redes	30
2. Movimentos feministas e ciberativismos	39
2.1 O ciberespaço como local de acesso à informação	43
2.2 Quarta onda feminista: afinal, do que se trata?	51
2.3 Perspectivas para o ciberativismo feminista	59
Considerações finais	66
Referências	69

Introdução

As redes sociais transformaram de maneira significativa a forma como as comunicações interpessoais acontecem. Elas permitem a conexão entre as pessoas conectadas, possibilitando a troca e a circulação de informações. Assim sendo, ferramentas *online* que permitem produções pessoais se tornaram parte fundamental dentro da militância, já que possibilitaram o encontro de grupos com interesses em comum, sem barreiras geográficas. O ciberespaço colaborou de maneira muito significativa no que diz respeito à diminuição de custos, o que permitiu que uma parte das ativistas lutem em prol de suas causas sem mesmo se deslocar, possibilitando o engajamento em causas que talvez não fosse possível sem essas tecnologias. Também o ciberativismo feminista, além de outros ativismos, encontrou nesses espaços online uma maneira de potencializar discursos pessoais contendo denúncias, opiniões, desabafos, entre outras produções e compartilhamentos de conteúdos personalizados e individuais. Entre as diversas redes sociais presentes neste contexto, o *Twitter* está entre as de maior destaque.

O fato é que as redes sociais, desde sua popularização na década de 2010, são o mecanismo mais importante de mobilização política. O *Twitter*, por exemplo, foi criado explicitamente para a militância. Teve início com o programa TXTMob, criado nos Estados Unidos para, através do celular, organizar manifestações contra a convenção nacional do Partido Republicano de 2004. Seu desdobramento, o *Twitter* tal como conhecemos, foi lançado dois anos mais tarde e manteve esse DNA ativista, tendo sido o principal instrumento das manifestações iranianas de 2009 e nas inglesas de 2011. Um pouco mais tarde, os "indignados" espanhóis proclamaram sua fé na utopia da cidadania conectada. (Cristiane COSTA, 2018, p. 43)

O foco desta rede social está na produção de textos curtos, quase sempre utilizados como desabafos, contendo a possibilidade de compartilhamento (*retweet*), no caso de perfis públicos, e com um grande destaque na utilização de *hashtags*. As *hashtags*, por sua vez, apresentam um papel fundamental dentro do *Twitter* e, sobretudo, para o ciberativismo feminista. Após um ocorrido de destaque, tem sido comum que as feministas se articulem e façam protestos no *Twitter* contando com a ajuda primordial das *hashtags*, que organizam todos os posts realizados acerca daquele tema, sendo possível a pesquisa mesmo sem ter uma

conta na rede. Para que um assunto alcance notoriedade rapidamente, são organizados os chamados tuítaços (no Brasil), os quais consistem em tentar “subir” uma *hashtag* e levá-la ao conhecimento público, para que atinja o maior número de pessoas informadas sobre o assunto e, se possível, também engajadas.

A escolha por estudar uma rede social e o seu impacto nos ativismos feministas se deu por conta da minha trajetória como estudante de comunicação e também como ativista. Primeiramente, durante o final de minha graduação em Comunicação e Multimeios, desenvolvi como projeto final do curso uma rede social exclusiva para mulheres. Essa rede social era voltada para a militância e buscava se assemelhar à dinâmica dos grupos feministas no Facebook, nos quais mulheres plurais se sentiam livres para desabafar sobre a vida privada, especialmente sobre relacionamentos abusivos (ou não) e sexualidade. No decorrer dos estudos teóricos para a elaboração do projeto, percebi um abismo de teorias que fossem mais críticas sobre o papel das mídias sociais para a militância. Algumas bibliografias apresentavam visões extremamente otimistas e utópicas sobre o tema e outras eram tão negativas que não se propunham nem mesmo a realizar análises. Como militante, sempre me intrigou o papel das redes sociais para a emancipação feminina. Desde a explosão dos novos feminismos no contexto nacional, em 2015, que se deu por muita influência da internet, por grupos no Facebook, *hashtags*, entre outros, muitas indagações me passavam. Desde então, comecei a pensar as redes sociais enquanto espaços propícios para a quebra do silenciamento histórico das mulheres e como um espaço para pensar e exercer a democracia para além do Estado. Depois da minha experiência com o trabalho final do curso, juntamente com experiências na militância feminista em Maringá-PR, cidade onde resido, comecei a pensar mais criticamente esses espaços. Passei a pensar que alguns discursos permanecem apenas nas redes e não conquistam espaços *offline*. Notei que o ciberativismo feminista atinge poucas mulheres. Notei também, que em casos de denúncias sobre assédio ou abuso sexual, a tática do boicote ao abusador raramente acontece. Nesse ambiente tudo pode ser efêmero e logo cair em esquecimento. Por outro lado, a busca incessante por um culpado nessas denúncias não parece ser efetiva no que diz respeito a diminuição de casos de assédio e abuso. Isso porque na internet podem surgir boatos caluniosos que tomam proporções desastrosas na vida de algumas pessoas. O cancelamento tem sido uma tática comum para esse tipo de militância e ocorre a partir da exposição de uma pessoa por conta de uma postagem ou conduta realizada, seja na vida *offline* ou *online*. Pessoas com perfis de grande alcance são as mais

atingidas, no entanto qualquer pessoa, anônima ou com grande visibilidade, está sujeita a sofrer um cancelamento. É nítido que o linchamento virtual¹ não tem sido a melhor tática para lidar com casos de abusos e assédios. Entre as grandes conquistas deste tipo de enfrentamento, destaco duas. A primeira seria a de alertar outras mulheres sobre um potencial perigo em relação à uma determinada pessoa, o que pode ser um grande passo para a segurança das mulheres. A segunda seria a possibilidade das vítimas de abuso e assédio terem um espaço para falar, se assim desejarem, sobre a experiência que vivenciaram. No entanto, em meio à boatos e cancelamentos por qualquer tipo de conduta, o linchamento virtual tomou proporções que precisam ser repensadas. O desejo de fazer justiça com as próprias mãos em meio a uma multidão *online* já teve drásticas consequências para algumas pessoas e pode vir a ter ainda mais.

Apesar destes limites apresentados pelo cenário, é possível deduzir que o espaço das redes sociais é potente no que diz respeito a trazer mais voz para as mulheres feministas e que é um espaço poderoso para se expressar sobre situações envolvendo machismo. Especialmente porque antes muito pouco se falava sobre abuso e assédio sexual, o que leva a crer que a presença do movimento nas redes sociais descortinou para a questão destes problemas. Ainda, é possível avançar no conceito de democratização no que diz respeito ao maior acesso à informações que se divulgam com facilidade nos ambientes *online*.

Ao articular essas reflexões, proponho um trabalho que dialoga entre a produção teórica feminista e também a vivência da luta política feminista e suas intersecções. Bell Hooks argumenta que no presente momento do feminismo dos Estados Unidos, a teoria feminista produzida na universidade vem perdendo o vínculo com a luta feminista, podemos afirmar que o mesmo acontece no cenário brasileiro. Portanto, é necessário recuperar esse elo e afirmar um cenário em que exista a integração entre pensamento crítico e experiência concreta; e também reconhecer que ideias críticas exercem impacto na experiência cotidiana (HOOKS, 2019, p. 95). A autora também reforça que para que isso seja possível, é preciso criar estratégias para que a teoria seja acessível. Durante muito tempo as produções teóricas

¹ O Youtuber Spartakus fala sobre o tema em um vídeo em seu Instagram. Linchamento virtual, segundo ele, é caracterizado pela sede de fazer justiça com as próprias mãos, geralmente em multidão e de forma online. Ou seja, a partir da humilhação pública e em conjunto, diversas pessoas resolvem que alguém precisa ser cancelado virtualmente. Presencialmente, linchamentos podem resultar em agressões e até mesmo assassinatos. Virtualmente, esse tipo de ação pode trazer danos severos para a saúde mental e até levar ao suicídio. Portanto, Spartakus dialoga sobre a urgente necessidade da militância repensar esse tipo de ação. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=PXI39ISLUzQ>>. Acesso em 10 de dez. de 2019.

feministas foram justamente criticadas por serem inacessíveis e por se pautarem em um discurso de autoridade, no qual apenas uma visão universalista e eurocêntrica era abordada. Essas abordagens são problemáticas pois reforçam a perpetuação do sistema de dominação branco e ocidental. A consequência desse cenário foi o distanciamento da experiência concreta e da teoria e atualmente partes do movimento feminista produzem sua luta de forma a negar o que é produzido pela teoria. Não existem fórmulas para conseguir a aproximação entre a vivência e a teoria acadêmica, mas é possível trabalhar com uma linguagem acessível, ainda que atendendo aos rigores acadêmicos. E mesmo que a escrita seja um dos principais meios de se reproduzir o saber científico, não é o limite. Existem muitas formas de repassar o conhecimento de forma acessível, começando pela escrita e chegando até em conversas cotidianas. Desta forma, é possível que vivência e teoria não sejam extremos opostos.

O presente trabalho tem como objeto de estudo duas *hashtags* feministas que se encaixam nesse contexto. A maior delas, *#MeToo*, nasceu em setembro de 2017 e se tornou internacionalmente conhecida no ciberespaço após a série de denúncias contra Harvey Weinstein, um famoso produtor cinematográfico norte americano, o qual tornou-se famoso por produzir filmes como *Pulp Fiction* e *Shakespeare Apaixonado*. O produtor foi denunciado por agressão sexual e estupro por diversas mulheres de Hollywood, o que causou uma comoção a nível global, especialmente no Twitter. Para trazer a discussão ao contexto nacional, selecionei também a *hashtag* *#DeixaElaTrabalhar*, mais recente que a anterior, nascida em março de 2018, inserida no ciberespaço após o assédio sofrido pela repórter Bruna Dealtry durante uma cobertura de um jogo de futebol, por um torcedor. *#DeixaElaTrabalhar* evidenciou o assédio sexual sofrido por repórteres esportivas e também abriu o debate sobre o assédio no local de trabalho, mais especificadamente em um ambiente de domínio masculino, como é o futebol e outros esportes. As duas *hashtags* apresentam semelhanças, primeiro por surgirem da mesma faceta do machismo: o assédio sexual; e também por esses assédios terem acontecido no ambiente de trabalho das mulheres que os denunciaram. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, entre limites e possibilidades, como esse tipo de ativismo tem sido efetivo, como colabora com noções de democracia e participação, se as ativistas sentem que o ciberativismo luta contra o silenciamento histórico das mulheres e também propor reflexões sobre ciberativismo e feminismos.

O tema abordado neste trabalho é pertinente por ser um tema que é amplamente discutido tanto em meio acadêmico como de interesse para os feminismos e outros ativismos.

No entanto, apesar de ser um tema amplamente discutido em meio acadêmico, a discussão não se esgotou e existe a necessidade de discorrer sobre a efetividade do ciberativismo e apontar os limites e potencialidades que a democracia pode encontrar nestes espaços *online*.

Inicialmente, havia sido proposto um recorte temporal para documentar os *tweets* das *hashtags*, no entanto, pensando nos objetivos do trabalho, ficou nítido que independente do recorte temporal, a análise não seria prejudicada. Assim sendo, a ferramenta online *Netlytic*² foi utilizada para documentar uma amostra de *tweets* de cada uma das *hashtags* propostas. Desta forma será possível proceder com as análises já especificadas. Além de documentar os *tweets*, essa ferramenta proporciona também uma função que produz nuvens de palavras mais presentes nos *tweets* coletados, a qual proporcionará entender melhor o conteúdo deles, colaborando assim com os objetivos já especificados.

Além de utilizar os *tweets*, o presente trabalho também se propôs a realizar entrevistas com algumas ciberativistas da região de Maringá-PR. As entrevistas foram pensadas para trazer a experiência viva de diferentes mulheres, em diferentes locais de fala e com visões diferenciadas do ciberativismo e dos feminismos. A escolha de entrevistar mulheres dessa região veio para pensar o ciberativismo feminista a nível local e para que fosse possível entrevistá-las pessoalmente. Dito isto, a partir dos *tweets*, entrevistas e do que a bibliografia disponibiliza sobre o tema, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: como acontece a circulação de ideias feministas no ciberespaço? Pensando também no conceito de democratização, este vai além de apenas entrar em contato com o feminismo, mas diz respeito à possibilidade de se aprofundar no assunto, seja por meio de materiais que são disponibilizados nas redes, encontros com outras mulheres para o compartilhamento de vivências, acesso à discussões que não seriam vistas em outros lugares, entre outras situações semelhantes. Ao longo do trabalho a questão da democratização será mais elaborada.

² É uma ferramenta *online*, utilizada para captar postagens de diversas redes sociais. A ferramenta atua captando apenas postagens públicas, ou seja, aquelas quais os usuários permitem estar em modo público. Ideal para ser utilizadas em pesquisas de estudos de casos, entre outros. Mais informações sobre em: <https://netlytic.org/>

Ao trabalhar os diferentes tipos de feminismos, o trabalho busca trazer a perspectiva feminista a partir do olhar interseccional³ e decolonial⁴. É importante salientar também que quando falamos em feminismos no plural é porque o presente trabalho pensa e discute o movimento não a partir de um olhar universal, o qual pressupõe que a categoria mulheres está disposta de forma horizontal. Não é possível definir um "nós" como categoria universal quando falamos em feminismos, já que essa ideia esvazia a pluralidade de mulheres. A partir das orientações presentes no trabalho de Maria Lugones, é possível avançar da seguinte forma:

[...] a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial. A leitura move-se contra a análise sociocientífica objetificada, visando, ao invés, compreender sujeitos e enfatizar a subjetividade ativa na medida em que busca o lócus fraturado que resiste à colonialidade do gênero no ponto de partida da coalizão. Ao pensar o ponto de partida desde a coalizão, porque o lócus fraturado é comum a todos/ as, é nas histórias de resistência na diferença colonial onde devemos residir, aprendendo umas sobre as outras. (LUGONES, 2014, p. 948)

Embora algumas questões de gênero sejam passíveis de generalizações⁵, a partir também do que pede o rigor acadêmico, como pretende-se avançar no trabalho, um ponto importante a ser levado em consideração no trabalho será a capacidade de, no lugar social mulher, aprender com outras mulheres e suas experiências múltiplas, como Lugones propõe. A partir do que a autora defende como uma noção de coletivo, definido também com o termo comunalismo proposto, é possível apreender que a resistência só se produz em conjunto, não na esfera individual. Assim seria possível colocar em ação tentativas de aprender a partir da experiência coletiva e plural de ser mulher, de forma teórica e prática. Tendo em vista

³ Trabalho com a ideia de feminismo interseccional como abordagem que intersecciona outras opressões juntamente à opressão de gênero. São elas, principalmente, raça e classe, no entanto nos feminismos atuais outras questões são trazidas, como por exemplo sexualidade, maternidade, colonialidade, corpos não normativos ou *queer*, entre outras identificações. Portanto, a ideia de feminismo interseccional não aparece como uma vertente, mas sim uma abordagem.

⁴ Quando falamos em olhar decolonial, pensamos primeiramente no conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Anibal Quijano, o qual questiona a produção epistêmica eurocêntrica como universal. Já o feminismo decolonial relaciona esse conceito com as opressões de gênero e busca construir uma identidade pautada nas especificidades dos países colonizados. Neste trabalho dialogo com a autora argentina Maria Lugones, a qual faz essa discussão a partir das especificidades da América Latina.

⁵ Quando pensamos em generalizações, podemos afirmar, por exemplo que todas as feministas lutam contra o patriarcado e opressões de gênero derivadas dele, como a cultura do estupro, feminicídio, entre outras questões. O que difere é que as intersecções no feminismo tornam a luta diferente a partir de outras categorias em que estão inseridas essas mulheres. Essa argumentação vem de encontro com a abordagem interseccional.

também as limitações, pondera-se aqui que não seria possível captar em um trabalho toda essa multiplicidade citada. No entanto, é possível realizar tentativas, é possível mudar a maneira como a linguagem se estrutura de forma excludente e é possível incluir ao menos parte dessa multiplicidade, assim busca-se realizar no decorrer dessa produção. Uma das medidas encontradas para valorizar o saber construído por mulheres, e muitas vezes apagado por homens, é trazer seus nomes completos na primeira vez que citadas, uma prática já comum em trabalhos de outras autoras (Lua Lamberti de ABREU, 2019, p. 15). Esse tipo de ação busca evidenciar o conhecimento construído por mulheres ao trazer seus primeiros nomes, sendo assim de fácil visualização no decorrer do texto, sem que seja necessário recorrer às referências finais para descobrir o gênero. Embora ainda não seja uma norma formal, essa maneira de referenciar citações já é comumente utilizada em diversos trabalhos e optamos por trazê-la aqui pelas justificativas já mencionadas.

O presente trabalho é dividido em dois capítulos. O primeiro, *Democracia e participação na rede*, cobre uma revisão bibliográfica sobre o tema, construindo um percurso teórico. A análise parte da discussão de como o ativismo acontece no ciberespaço e traz discussões sobre democracia e participação dentro da rede. O objetivo neste capítulo é analisar o que leva as ativistas a se engajarem nas *hashtags*, se acreditam que um *tweet* é uma forma de se expressar democraticamente e se consideram importante essa forma de participação para a efetividade do ativismo. Busca-se, ainda, trazer a discussão sobre o silenciamento histórico das mulheres, elencando o fato de que as redes sociais também podem ser espaços propícios para a propagação de discursos de ódio, especialmente, neste caso, os misóginos. A forma como a Constituição Brasileira de 1988 aborda o tema liberdade de expressão faz-se presente neste capítulo. A teoria feminista sobre a dicotomia público e privado também é explorada no capítulo.

O segundo capítulo, *Movimentos feministas e ciberativismos*, versa sobre o lugar de fala, apresenta-se as ciberativistas entrevistadas e faz-se aproximações entre a teoria e a vivência dessas mulheres. Ainda, é feito um breve contexto sobre o atual momento dos feminismos, trazendo a discussão sobre as ondas⁶ do feminismo, tornando nítido o papel da

⁶ A ideia das ondas feministas é trazida apenas como uma forma de situar o feminismo na produção acadêmica em geral. É compreensível que as primeiras ondas feministas são marcadas pelo feminismo branco e a idealização da mulher como categoria universal e neutra, tanto academicamente como nas lutas políticas. Autoras negras como Angela Davis, Bell Hooks, Djamila Ribeiro, Patricia Hill Collins, entre tantas outras, fizeram e fazem críticas ao feminismo universal, afirmando em suas obras a importância de marcarmos as diferenças ao invés de tentar apagá-las.

internet para a chamada quarta onda do feminismo, em quais lugares está presente e também apresentar as diferenças com as ondas anteriores, focando no papel do ciberativismo para a mesma. Irei avançar no conceito de ciberativismo, já discutido brevemente no primeiro capítulo, porém a partir de um olhar do que trouxe de mudanças no que diz respeito aos feminismos, apontando os bônus e ônus dessa forma de ativismo, fazendo aproximações também com os *tweets* coletados. Ao fim, são apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica, juntamente aos dados obtidos a partir de entrevistas realizadas com as ciberativistas da região de Maringá-PR. Desta forma, pondera-se limites e potencialidades dessa modalidade de ativismo a partir dos dados documentados, empíricos e a bibliografia estudada. A partir disso é possível traçar algumas considerações e perspectivas acerca do ciberativismo feminista e o contexto atual. Sendo assim, será possível refletir sobre caminhos futuros para essa modalidade de ativismo feminista.

1. Democracia e participação na rede

Sempre há algo não dito e ainda por dizer, sempre há uma mulher lutando para encontrar palavras e vontade de contar sua história. Todos os dias, cada uma de nós inventa o mundo e o eu diante desse mundo, abre ou fecha o espaço para outros dentro dele. O silêncio está sendo incessantemente rompido e então, como onda encobrendo as pegadas, os castelos de areia, as algas e as conchas lavadas, o silêncio ressurge. Em partes, construímo-nos a partir de nossas histórias sobre nós mesmas e o nosso mundo, juntas e separadas. A grande experiência feminista de refazer o mundo refazendo nossas ideias de gênero e instigando quem tem o direito de romper o silêncio tem tido imenso sucesso e ainda continua extremamente incompleta.

(Rebecca Solnit)

Antes de começar esta produção, e mais especificamente este capítulo, muitas preocupações se passavam sobre a melhor maneira de abordar esse tema. Primeiramente, o presente trabalho busca analisar os objetos aqui propostos de maneira crítica, ponderando entre bibliografias exacerbadamente otimistas e até mesmo, em alguns momentos, utópicas e as que apresentam visões extremamente pessimistas sobre as tecnologias e redes de comunicação. Desta forma, o intuito é fazer ponderações entre as bibliografias e reflexões a partir das mesmas e pensar o papel das redes sociais para o conceito de democracia e para os ativismos feministas. Sem cair em utopias otimistas, atentando então aos efeitos negativos de tais ferramentas, sem negar os impactos positivos propiciados aos ativismos feministas a partir destes meios de comunicação.

Outra preocupação que cabe ao presente capítulo é desconstruir a ideia de que a internet, e conseqüentemente, os ambientes construídos pelas redes sociais *online*, carregam um ideal de avanço tecnológico e "modernidade" universal. A palavra modernidade aparece aqui, entre aspas por se tratar de um conceito construído e vindo da colonização (MIGNOLO, 2015). Portanto, é necessário ponderar que estes são espaços, muitas vezes, propícios a formação de discursos com caráter universalista e privilegiados:

Na verdade, a cultura, a informação e o conhecimento sempre foram esferas privilegiadas de dominação econômica e política. A diferença é que nestes dias de capitalismo tardio ou pós-fordista esse fato ficou mais evidente. (MIGNOLO, 2015, p. 386)

É necessário ponderar que a narrativa única de que as redes sociais da internet trazem um ideal de transformação, inovação e novamente, de modernidade, precisa ser descartado. É preciso, portanto, desfazer-se do mito de progresso antes da presente análise, para assim, avaliar os aspectos nos quais a internet democratizou o acesso aos feminismos, ou não, apontando limites e possibilidades a partir disso.

Vale observar ainda que, mesmo que a internet seja um instrumento efetivamente novo, ela vem para aprofundar tendências historicamente presentes na sociedade capitalista contemporânea, não existindo, no entanto, indicações de que seja um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade. (PINHO, 2011, p. 104)

Portanto, é válido ressaltar que embora a internet apresente potencialidades para ser um ambiente democrático, ainda é um ambiente pertencente à estrutura social. Ou seja, o ciberespaço não é um universo paralelo em relação à esfera *offline*. A esfera *online* é permeada por práticas já existentes no cotidiano, assim sendo necessário produzir um estudo que leve em consideração que as fronteiras entre *online* e *offline* não são bem delimitadas. Dessa forma, é possível produzir uma análise muito mais abrangente que leve em conta as relações de interdependência entre os dois ambientes.

1.1 - Entre dicotomias e silenciamentos

Quando se pensa em maneiras de exercer a democracia e a participação logo vem em mente o modelo de esfera pública construído por Jürgen Habermas (1984;1997). O autor considera a esfera pública como uma arena não formal onde são debatidos assuntos de interesse geral e onde opiniões podem ser formadas. Essa participação é considerada primordial para a efetividade do conceito de democracia deliberativa. Para Habermas a comunicação informal é importante para o debate sobre questões públicas e demandas a serem enviadas ao corpo administrativo. O ponto central deste capítulo é entender as redes sociais enquanto espaços propícios para a formação de esferas públicas e refletir sobre os conceitos

de democracia e participação na rede a partir dos objetos propostos. Lembrando que utilizarei o conceito de esferas públicas no plural, por problematizar posteriormente o conceito constituído por uma única e universal esfera pública, conseqüentemente pensando para o ideal de um sujeito neutro e universal.

Uma autora que apresenta críticas consistentes a Habermas é Iris Marion Young, a qual reconhece a importância do modelo de esfera pública e a teoria de ação comunicativa constituídos por Habermas, mas que problematiza as dicotomias presentes nessas teorias.

Habermas mantém vestígios da dicotomia entre razão e afetividade. Ele separa de forma bastante firme o discurso sobre sentimentos do discurso sobre normas. Seu modelo da própria linguagem, além disso, depende muito de um paradigma de argumentação discursiva, retirando a ênfase aos aspectos metafóricos, retóricos, lúdicos e corporificados da fala que são um aspecto importante do seu efeito comunicativo. (Iris Marion YOUNG, 2012, p.196)

O público é considerado para o autor diretamente ligado à razão, enquanto o privado é relacionado aos sentimentos e desejos. Essa separação é bem presente em suas teorias e define que um sujeito racionalizado está necessariamente separado de suas necessidades, desejos, sentimentos e todo o conjunto de definições atribuídas e relacionadas à esfera privada. Pensando nisso, outra autora que defende a desconstrução dos ideais de imparcialidade e universalidade é Anne Phillips, a qual defende que a neutralidade é impossível e impraticável, visto que não é possível que alguém abandone seu corpo e suas características visíveis ao entrar na arena pública:

[...]não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar conosco apenas em nossa condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes de sexo. A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico deseja transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma. (Anne PHILLIPS, 2011, p. 341)

Essas análises certamente trazem novas reflexões sobre a democracia para além do Estado. Mas, afinal, o que é democracia? Esta é uma questão complexa e controversa, já discutida amplamente e com muitas interpretações diferentes, como aponta Anthony Giddens (1999). A definição do autor tem como um de seus pilares a liberdade civil: “[...] liberdade de expressão e discussão, juntamente com a liberdade de formar grupos ou associações políticas

e de neles ingressar.”. Desta maneira, a formação de grupos com interesses em comum, bem como a articulação das participantes com o objetivo de reivindicar um direito, expor um problema ou discutir sobre algum tema, podem configurar, a priori, como práticas democráticas.

O contato com o objeto analisado, as *hashtags* #MeToo e #DeixaElaTrabalhar, proporciona reflexões sobre como a democracia se articula na rede, especialmente no que diz respeito ao conceito estar diretamente ligado à liberdade de expressão e discussão. Discutir, desabafar, reivindicar e expor um tema como é o abuso sexual, tema central das duas *hashtags* propostas, certamente demonstra que os espaços *online* se mostraram, de alguma forma, como espaços onde é possível que até mesmo esses temas sensíveis sejam abordados e discutidos amplamente. Isso revelou também o quão urgente era a reivindicação pelo ato de expor funciona também como uma barreira imposta contra o silenciamento histórico das mulheres. Abaixo, alguns exemplos de *tweets* coletados da *hashtag* #DeixaElaTrabalhar que ilustram a reivindicação após um assédio ocorrido no Estádio Mineirão:

Então quer dizer que aquela hashtag #deixaelatrabalhar no @Mineirao é só marketing? #deixaeleassediatar

Ei @Mineirao , como é fazer campanha contra assédio e ao mesmo tempo manter funcionário que assediou funcionárias?

É constrangedor. Desrespeitoso. E, no mínimo, revoltante que um Estádio que tem como slogan #deixaelatrabalhar mantenha silêncio em relação a um caso de assédio ocorrido na empresa por um funcionário em uma festa para a equipe.

Mesmo que as *hashtags* estudadas tenha nascido em momentos específicos, a finalidade de uso pode variar de acordo com acontecimentos do momento. No caso de #DeixaElaTrabalhar, a campanha se estende às situações de assédio e abuso sexual que envolvem o universo dos esportes, seja vivenciado por trabalhadoras ou torcedoras. Já a *hashtag* #MeToo concentra denúncias ligadas ao mercado do entretenimento, mas não se restringe somente a ele, visto que as denúncias de mulheres famosas inspiraram mulheres

anônimas a denunciarem ocorridos de suas vidas pessoais também. Abaixo, alguns exemplos de tweets coletados da *hashtag* #MeToo:

Eita preula 😞! Datena vai ter q rebolar pra se defender... Será q virão outras repórteres denuncia-lo tb, tipo um #MeToo da Band?

Vai começar o #MeToo da imprensa brasileira? Podia! Falta muita coisa na área, mas machismo tem de sobra. Escrotidão também.

ñ adianta ir pra marchas das mulheres, apoiar o #MeToo e Times Up, dar seu número no global citizen e depois fazer filme com abusador, ele merece boicote é assim que se trata abusador, a indústria continua insistindo nele porque tem gente que não se incomoda em trabalhar com ele.

Em *A Mãe de Todas as Perguntas*, Rebecca Solnit escreve um ensaio dedicado à reflexão sobre as diversas maneiras de silenciamento das mulheres. A autora faz uma defesa sobre o poder da fala e de contar a própria história, dizendo que ter voz é fundamental. Afinal, se uma mulher não conta pelo que passou, não traz aos ouvidos alheios a sua história e, assim sendo, não pode ser ouvida. A voz, ainda, não diz respeito apenas ao ato de falar, mas também de se posicionar perante alguma situação, participar ativamente, reivindicar ou até mesmo sobre ter o direito de não falar em algumas situações. Tudo isso faz parte do que a autora considera como a ideia de voz ampliada para a ação. Dessa forma, é possível compreender que o silenciamento ocorre de diversas maneiras, não somente no que diz respeito exclusivamente a voz.

Um marido bate na mulher para silenciá-la; um namorado ou um conhecido estuprador impede que o "não" da sua vítima signifique o que deveria significar, isto é, que a jurisdição sobre o seu corpo pertence apenas a ela; a cultura do estupro afirma que o depoimento das mulheres não tem valor, não merece confiança, os ativistas contra o aborto também procuram silenciar a autodeterminação das mulheres; um assassino silencia para sempre. (SOLNIT, 2017, p. 30)

É válido falar que além das mulheres, outros grupos minoritários não estão sendo ouvidos. E que dentro da categoria mulheres existem outras categorias, com mais ou menos privilégios. Os silenciamentos de outros grupos também são temas/objetos de estudo muito válidos, no entanto, no presente momento do trabalho, foco no silenciamento das mulheres a partir da perspectiva de gênero.

Apesar das barreiras impostas pelo silêncio, a possibilidade de expor reivindicações na internet se tornou uma maneira de romper, ainda que com limites, esse silenciamento. No trecho “O silêncio e a vergonha são contagiosos; a coragem e a fala, também.”, Solnit aponta que a internet e as redes sociais têm construído uma poderosa rede de apoio entre mulheres. Portanto, quando uma mulher, a partir de sua experiência individual, apresenta uma denúncia ou desabafo sobre algo a partir do uso de uma *hashtag*, um dos efeitos que pode ocorrer é o de contagiar outras mulheres a fazer o mesmo. Se a premissa para que o silêncio deixe de existir e dê lugar a voz é que existam as condições ideais para isso, o fato de uma mulher (ou mais) tomar a iniciativa e falar sobre si, especialmente quando cabe a reivindicação de um direito, pode desempenhar um papel fundamental na quebra do silêncio. Se o silêncio foi um dos responsáveis pela longa perpetuação da cultura do estupro, ainda resistente atualmente, o ato de expor a sua versão da história pode fazer as coisas caminharem um pouco.

Apesar de todos os avanços vindos a partir da quebra do silêncio a partir do ciberativismo, que como consequências positivas resultou em empoderamento, acesso à informação, entre outros, as redes sociais passam também pelo oposto. A autora pontua que tentativas de silenciamento persistem na rede e claramente isso não parece ser uma surpresa. Campanhas com uso de *hashtags* se tornam alvo de ataques apropriando-se da *hashtag* ou ainda, atacando as ativistas e utilizando as falas divulgadas nos espaços virtuais, para o silenciamento. De fato, os espaços públicos em sua homogeneidade são marcados pela exclusão de diversos grupos sociais, entre eles, mulheres e entre as mulheres, outras tantas categorias que permitem a intersecção, como já pontuado. Nos espaços online, onde basta ter um perfil em uma rede social para dizer algo, até mesmo sem a necessidade de se identificar, não seria diferente.

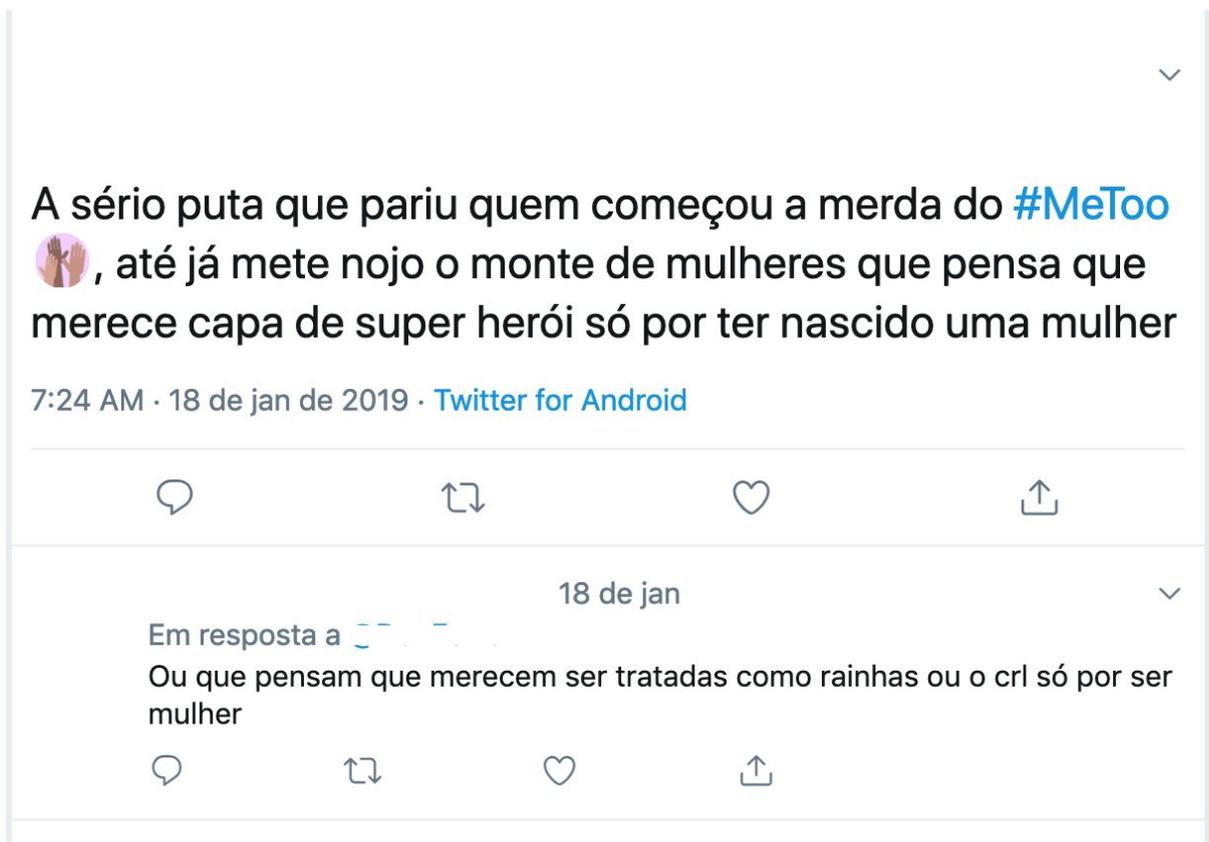


Imagem 1: *Tweets* da seleção documentada a partir da *hashtag* #MeToo, mostra como as campanhas feministas nas redes sociais se tornaram alvo de discursos de ódio.

Diante da infinidade de campanhas e mulheres que são alvos de discursos de ódio misóginos nas redes sociais, Solnit é cuidadosa ao dizer que, ao mesmo tempo em que se têm avanços a partir dessa forma de ativismo, também se têm alguns regressos.

As redes sociais também se tornaram palco de campanhas furiosas para silenciar as mulheres que denunciavam a misoginia e a violência contra as mulheres, e o *Twitter*, em particular, tolerou amplas campanhas de estupro e ameaças de morte. Converteu-se em uma nova plataforma, tanto para romper o silêncio quanto para impô-lo com ameaças e intimidações. (SOLNIT, 2017, p.82)

A partir disso, a ponderação sobre os espaços *online* é necessária ao estudá-los. Torna-se lúcido que o ideal utópico de inteligência coletiva imaginada e proposta por Pierry Lévy está longe de se concretizar. Quando o autor propôs que esses novos meios de comunicação iriam "renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se

debate" (LÉVY,2000), provavelmente não imaginou que a internet não solucionaria estes problemas. As interações na internet deixam lúcido que as relações de poder se perpetuam nestes espaços e a resistência se faz necessária. Se a proposta do autor era a de que os ambientes online criariam um senso de fraternidade em todas as pessoas ali presentes, o presente trabalho mostra que não. Afinal, como é possível reunir e conciliar pluralidades apenas a partir da fraternidade? Os laços sociais, de fato, se renovaram e continuam este processo de transformação, mas isso não significa, por si só, um efeito positivo.

Para discorrer sobre o silenciamento histórico das mulheres, a discussão sobre a dicotomia público-privado apresentada e já muito discutida pela bibliografia feminista pode ser útil para compreender melhor os motivos da existência e resistência desse silenciamento. Essa relação é contestada por trazer uma universalidade para a esfera pública, a qual define que alguns assuntos e experiências deveriam estar na esfera privada e, assim sendo, não seriam políticos. O modelo composto por uma única esfera pública universal, que na verdade é construído pensando em um sujeito homogêneo implica na exclusão de diversos grupos. Ideais de razão, impessoalidade, neutralidade e universalidade compõem o ideal de esfera pública, enquanto relações familiares, afetivas e outras relações de caráter pessoal e íntimo ficam restritas à esfera privada.

A contribuição dessa discussão ainda se faz presente nos atuais estudos feministas e especialmente no presente trabalho. O principal tema ao qual as *hashtags* propostas giram em torno, a exposição de um assédio sexual, nos revela que alguns assuntos vistos como privados não devem permanecer na esfera do privado. Reivindicações como são as das *hashtags* propostas nos convidam a perceber a necessidade de se falar sobre o que acontece e a urgência em ser ouvida. Temas que envolvem a vida íntima não são invioláveis e estão dia após dia sendo reivindicados.

O ideal da imparcialidade prejudica no avanço de uma sociedade mais democrática. Isso porque a universalidade é impossível de ser atingida, visto que esse ideal está carregado parcialidade. Se apenas alguns grupos privilegiados têm acesso a decisões, grupos oprimidos perdem o direito às suas próprias vozes. Dessa forma, quando uma mulher decide expor uma situação que está acontecendo em sua vida privada, como é o caso de uma denúncia de

assédio, ou mesmo apoiar outras mulheres que estão denunciando, de repente, surgem vozes dizendo que aquele discurso não pode fazer parte daquele lugar, que aquela mulher não tem o direito de falar.

Se os grupos oprimidos questionarem a suposta neutralidade dos pressupostos e políticas vigentes e expressarem suas próprias experiências e perspectivas, suas reivindicações serão tomadas como a expressão de interesses especiais enviesados e egoístas, que se desviam do interesse geral imparcial. O compromisso com o ideal da imparcialidade, portanto, torna difícil expor a parcialidade do ponto de vista supostamente geral e reivindicar que os oprimidos sejam ouvidos. (YOUNG, 2000, p. 193)

A cada momento em que uma mulher denuncia uma situação de opressão, reivindica por um direito ou resolve contar a sua história por si mesma, aparece um discurso alegando que isso significa pedir por privilégios. O ideal arraigado da imparcialidade é responsável pelo surgimento de muitos discursos de ódio despejados contra as minorias.

A redefinição do conceito de política foi uma das maiores contribuições da segunda onda⁷ do feminismo, com o slogan "O pessoal é político", as feministas dessa onda buscavam reivindicar que temas antes delimitados à esfera privada fossem reivindicados na esfera pública. As relações, antes concebidas como íntimas e pessoais, passam a ser vistas como relações de poder e, portanto, carregadas de política.

Embora as teóricas feministas não se aproximem muito do pensamento de Michel Foucault, podemos compreender em suas teorias sobre o poder, os motivos das relações não serem apenas pessoais/particulares, visto que o poder está intrínseco na estrutura. Qualquer relação é carregada de poder, seja na família, no trabalho, na afetividade ou ainda, nos espaços *online* e relações/interações que se constroem neles.

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E "o" poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser

⁷ Novamente, ao falarmos de ondas feministas é apenas por fins metodológicos. No próximo capítulo também será retomada a questão de que as ondas não aconteceram igualmente na Europa/Estados-Unidos e no sul global.

nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

Portanto, a partir da aproximação das teorias feministas e do pensamento de Foucault sobre poder ficam mais nítidas as percepções sobre os perigos das relações privadas serem encaradas apenas como tal. Se as relações privadas permanecem sobre o véu da privacidade e do direito particular uma série de questões como abusos, agressões, entre outras, são justificadas e normalizadas. Um dos maiores exemplos de normalização de abusos que acontecem no privado talvez seja o famoso ditado popular "em briga de marido e mulher não se mete a colher".

O direito ao espaço privado é uma questão paradoxal. Ao mesmo tempo, uma ideia de valor fundamental, já que todas têm direito a sua privacidade ser resguardada e também é o local no qual acontecem afetos e relações desinteressadas (Flávia BIROLI, 2014, p. 40). Por outro lado, a crítica feminista é válida justamente por essa esfera estar intrinsecamente ligada à ideia de dominação, como aponta boa parte da bibliografia feminista. Afinal, quem tem direito ao privado em uma sociedade patriarcal⁸? Quem tem o privilégio para exercer livremente a ideia do privado? Violência doméstica, estupro, entre outras formas de violência muitas vezes estão escondidas por trás da cortina da esfera privada. É preciso, desta forma, politizar também o privado, descortinar as visões para que as relações ali presentes não sejam vistas como apenas parte de uma intimidade. O direito ao próprio corpo, a dizer não e à própria privacidade, para assim essas situações deixarem de ser normalizadas.

A visão de que a violência sexual é constitutiva das relações entre mulheres e homens, assim como a identificação do estupro como arma do patriarcado e como arma rotineira de intimidação das mulheres, corrobora a definição de que a privacidade é parte de um ideário que serve à dominação masculina. Sobretudo no feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações e de testemunhos que permitiram levar a público as perspectivas de mulheres, em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres. Nesse período, a noção de direito ao corpo foi fundamental em diferentes partes do mundo para o ativismo contra a violência doméstica e o estupro, assim como a luta pelo complexo de direitos relacionados à reprodução, como o direito ao aborto. Essa atuação política fortaleceu a compreensão de que cabe às teóricas feministas construir

⁸ O patriarcado é uma estrutura fundada em crenças, materializada a partir de rituais e discursos fundados em uma verdade absoluta, que de verdade não tem nada. Essa estrutura afirma a existência absoluta, natural e normativa de dois sexos biológicos, dos quais existe a superioridade masculina sobre o outro, a mulher. (Marcia TIBURI, 2018, p. 27)

categorias de análise que levem em consideração as experiências vividas pelas mulheres. (BIROLI, 2014, p. 41)

Considerando essas contribuições, podemos perceber que as críticas a dicotomia entre público e privado, além de redefinirem o conceito de política, redefiniram também o conceito de democracia. Para além da noção de um Estado democrático, essas discussões trouxeram à luz questões sobre a democratização das relações cotidianas e tantas outras especificidades do que estava escondido por trás do véu da esfera privada. Trata-se, portanto de democratizar a participação política a partir da constituição de um público heterogêneo.

Se abrimos mão do ideal da imparcialidade, não resta justificativa moral para processos de tomada de decisão com relação à ação coletiva que não sejam democráticos. Em vez de um contrato fictício, exigimos estruturas de participação verdadeiras, nas quais pessoas reais, com suas diferenças geográficas, de gênero, étnicas e profissionais, afirmam suas perspectivas sobre questões sociais dentro das instituições que incentivam a representação de suas distintas vozes. (YOUNG, 2000, p. 194)

Portanto, ao pensarmos na democratização de espaços, a participação política de forma plural é fundamental. E para que isso seja efetivo, é preciso que existam espaços para isso, como pode ser vista a atuação dos movimentos feministas na internet. No entanto, é válido lembrar que essa participação está sempre em disputa, em diferentes espaços e não é diferente nas redes sociais. Falar e participar é poder e o poder sempre está em disputa, até mesmo dentro dos feminismos encontramos embates de diferentes perspectivas e vertentes.

1.2 - Como pensar o fazer político feminista nas redes

A internet não é bem um “novo meio de comunicação”, afinal existe há algumas décadas, mas como está em constante mutação, estudos sobre como novas conexões acontecem nesse meio são necessários e nos permite aprofundar conhecimentos sobre como as relações se perpetuam, se transformam e como novas relações surgem nesse espaço. Desde o seu surgimento nos anos 60, o cenário se transforma constantemente.

A rede mundial de computadores tem suas raízes nos laboratórios militares de pesquisa tecnológica dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Uma das redes pioneiras foi a Advanced Research Projects Agency Network (ARPANet), idealizada pelo Departamento de Defesa estadunidense nos anos 1960, como um modelo descentralizado de transmissão de dados por computadores interligados, com o intuito de proteger o fluxo de informações militares de um possível ataque soviético. Na década seguinte, com o desenvolvimento dos protocolos TCP/IP, foi possível que diferentes redes de distintos países e continentes se comunicassem entre

si, o que lançou as bases para uma rede em escala global. A formatação de uma grande rede de redes sem um nó central, somada à popularização dos computadores pessoais, smartphones e serviços de comunicação nas décadas seguintes, fizeram da internet um fenômeno com implicações políticas, econômicas e socioculturais. (BEZERRA; WALTZ, 2014, p. 159)

Com o passar dos anos, especialmente após os anos 2000, a internet se tornou uma poderosa ferramenta política, visto que atribuiu poder à população que possui acesso a rede. Esse poder se configura na possibilidade de autonomia na produção de conteúdo, o que é um grande potencial democrático e vem sendo discutido constantemente em bibliografias que tratam o assunto. No caso do presente trabalho, cabe demonstrar a partir do objeto proposto, a mudança no ativismo convencional, para um ciberativismo. Este ciberativismo mantém as características essenciais, mas ao mesmo tempo se transforma e cria novas relações. Para exemplificar, podemos citar a rapidez com que uma notícia de assédio se propaga nesse ambiente, ao mesmo tempo em que proporciona engajamento nos debates acerca do tema e mobiliza uma quantidade de pessoas com tamanha rapidez que é difícil imaginar como aconteceria sem a ajuda deste ambiente.

Para analisar o objeto proposto, o presente trabalho se ampara nos estudos sobre redes sociais na internet de Raquel Recuero (2009), a qual define a interconexão de atores no ciberespaço como CMC (comunicação mediada pelo computador). A autora propõe que os estudos nessa área sejam feitos a partir da análise de rastros deixados pelos atores em suas interações:

Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros. É o surgimento dessa possibilidade de estudo das interações e conversações através dos rastros deixados na Internet que dá novo fôlego à perspectiva de estudo de redes sociais, a partir do início da década de 90. É, neste âmbito, que a rede como metáfora estrutural para a compreensão dos grupos expressos na Internet é utilizada através da perspectiva de rede social. (RECUERO, 2009, p. 24)

O que interessa no presente trabalho, portanto, é captar rastros de interações que permitam refletir sobre como o ativismo acontece neste conceito de CMC e se é uma forma de constante manutenção da democracia. O chamado ciberativismo pode ser conceituado como “[...] a utilização da internet (e outras hipermídias) por movimentos politicamente engajados

nas lutas contra injustiça e exclusão que ocorrem também na própria rede.” (PAIVA; SILVA, 2013, p. 2). Estar politicamente engajado significa que se está fazendo algo para mudar ou reivindicar a mudança e estando em rede, esse processo pode ser colaborativo e partir de inúmeras pessoas ao mesmo tempo, da mesma forma em que é uma reivindicação pessoal. Algumas bibliografias têm definido essa ação na rede como conectiva, com caráter fragmentado e individualizado, diferentemente de ações políticas tradicionais coletivas. W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012) são autores que pensam a ação política nas redes sociais de duas maneiras. A primeira enquanto ações coletivas, já sendo um conceito familiar, e que nas redes sociais se manifestam a partir da existência de organizações bem estruturadas, com dinâmicas centrais bem definidas, nas quais o compartilhamento de conteúdos a partir das mídias digitais não alteram a lógica central dos movimentos. Ou seja, suas pautas já são previamente estabelecidas por uma liderança e as redes sociais atuam a partir do compartilhamento de conteúdos referentes a essas pautas/ações. A segunda maneira de pensar a ação política nas redes sociais para estes autores é a partir do conceito de ação conectiva. Este tipo de ação parece ser o mais comum nestes ambientes e se manifesta a partir da criação ou compartilhamento de conteúdo personalizados. A diferença é que na ação conectiva não existe o pressuposto de uma identidade coletiva ou organizações que possam centralizar as ideias compartilhadas em ações. A ação conectiva parte do princípio de que qualquer pessoa pode compartilhar ideias, começar campanhas online e desabafar sobre algo que aconteceu a nível individual ou coletivo. Esse tipo de ação se difere, portanto, da ação coletiva tradicional, já que não apresenta os elementos considerados necessários para a ideia de ação coletiva, no que diz respeito ao que a bibliografia tradicional considera parte dos movimentos sociais.

A partir desta reflexão fica nítido que não é possível considerar que houve apenas uma mudança nos ativismos no que diz respeito à plataforma. A presença dos ativismos nas redes sociais requer análises que pensem a ação política como transformada em relação às tradicionais. É preciso pensar essas ações lembrando-se que, muitas vezes, não existe um centro. A ação é fluída, não se sabe onde começa, onde termina e é imprevisível saber até onde pode chegar. Se espalha a partir da divulgação desses conteúdos personalizados e pode atingir níveis inimagináveis de engajamento, ao mesmo tempo em que posteriormente, como apontam algumas bibliografias, tende a se desfazer. Ao mesmo tempo, existe também o

debate se as redes seriam de fato voltadas à coletividade ou se esses espaços são destinados ao individualismo. Zygmunt Bauman, conhecido por teorizar sobre a liquidez da sociedade e das relações nela existente, aponta que não é possível o fazer e existir em comunidade dentro da rede:

Pertencer a uma comunidade constitui uma condição muito mais segura e confiável, embora indubitavelmente mais limitadora e mais vinculante, do que ter uma rede. A comunidade é algo que nos observa de perto e nos deixa pouca margem de manobra: pode nos pôr de lado e nos mandar ao exílio, mas não admite demissões voluntárias. (BAUMAN, 2011)

Um autor com um pensamento oposto ao de ação individualizada é Manuel Castells, o qual vê na ação dentro da rede um potencial aglutinador e propício para mudança. Isso porque toda ação individual ou coletiva é motivada por uma emoção. No caso dos objetos deste estudo, são *hashtags* motivadas pela raiva, medo, vergonha, entre outras emoções, as quais o autor descreve como pilares para a ação política. O medo, apesar de paralisar e levar a evitar situações desaparece a partir do compartilhamento em grupo e identificação com outras pessoas. Já a raiva atua levando os indivíduos a assumirem riscos e atuarem ativamente em movimentos, gerando assim outro sentimento que é capaz de produzir a mudança social:

Quando se desencadeia o processo de ação comunicativa que induza ação e a mudança coletivas, prevalece a mais poderosa emoção positiva: o entusiasmo, que reforça a mobilização societária intencional. Indivíduos entusiasmados, conectados na rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimulados por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013, p. 160)

Para o autor, os ambientes *online* possuem a enorme capacidade de concentrar as pessoas que estão passando por situações similares, elas encontram umas nas outras um amparo para efetivar suas lutas. Essa aproximação é imprescindível para a formação de movimentos sociais: “Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo.” (CASTELLS, 2013, p. 166). Apesar destes efeitos positivos explanados por Castells, o qual parece até um pouco

romântico em alguns momentos em suas análises, não podemos deixar de lado que a ação movida por sentimentos pode ter efeitos negativos. Ao mesmo tempo, é necessário ponderar que o efeito possivelmente emancipatório e democrático das redes sociais da internet não podem estar deslocados do contexto, da política e a partir disso, do uso que é possível fazer delas considerando tais questões.

Os efeitos de como elas são usadas são definidas pelo tipo de contextos políticos nos quais eles estão sendo usados. Pela mesma razão, os potenciais democráticos da internet não são definidos pela tecnologia por si mesma, mas pela capacidade de diferentes movimentos políticos de organizar-se de formas que produzam coalizões políticas e organizações concretas que podem efetivamente desafiar instituições sociais não-legítimas e substituí-las por novas instituições mais democráticas. Pensar de outra forma é sucumbir à filosofia política burguesa de acordo com a qual as instituições sociais existentes são basicamente sadias e o que é necessário é somente uma comunicação melhor e mais democrática. (AMPUJA, 2015, p. 64)

Portanto, apesar de todos esses sentimentos que, construídos em conjunto, apresentam o potencial de efetivar lutas políticas quando em contato com sentimentos alheios semelhantes nas redes sociais, o que pode reforçar a mobilização das ativistas, o mesmo pode acontecer com os sujeitos responsáveis pelos discursos de ódio. O uso das redes sociais para fomentar a luta política e maneiras de se exercer a democracia para além do estado, portanto, encontra também a repressão constante que, sendo existente fora dos espaços *online*, se perpetua também nesses.

A partir daqui podemos avançar no conceito de liberdade de expressão. O conceito significa que é direito de qualquer pessoa expressar livremente opiniões e ideias, ainda que isso vá contra os direitos de outra pessoa ou de um grupo de pessoas?

*Basta o carnaval se aproximar que voltam todas a ser pedaços de carne orgulhosos.
#Metoo #Feminismo*

Até onde vai o direito pessoal de se manifestar, pensando que uma opinião ou ideia pode invadir o espaço alheio? O art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, o qual diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos, nos parágrafos IV e X, prevê que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;⁹

Não fica explícito na Constituição o que seria a livre manifestação do pensamento e tampouco, o que seriam violações à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. No entanto, sendo invioláveis tais direitos, qualquer pessoa que tenha o entendimento subjetivo que houve violação, tem o amparo legal para que sejam tomadas as medidas legais. Ainda assim, caso essas violações ocorram na internet o processo para que medidas legais sejam tomadas é dificultado. Segundo a constituição o anonimato também é uma violação aos tais direitos, mas quais as saídas quando pessoas se escondem atrás de perfis fakes na internet para disseminar discursos de ódio? Quais providências legais podem ser tomadas nesses casos?

Casos de violência praticados pela internet raramente são punidos, talvez, até recentemente, por falta de amparo legal específico para isso. Um caso de violência online contra mulher que veio a ter notoriedade nos últimos tempos foi o da professora doutora, escritora e feminista Lola Aronovich. Lola conta que recebe ameaças de morte pelo menos desde 2011. Desde então já abriu onze boletins de ocorrência, além de possuir diversas investigações em andamento pela Polícia Federal. Em 2012, após monitorar e apresentar provas concretas de que sua vida estaria correndo perigo, além de uma situação em que o reitor da UFC, universidade na qual Lola trabalha, recebeu um e-mail solicitando que se ela não fosse exonerada, haveria um massacre na universidade. Apesar das inúmeras ameaças e denúncias, a justiça não apresentou uma solução satisfatória à Lola. Após tantos episódios de denúncias em vão, o amparo surgiu com a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), que se inspirou nos relatos de Lola e criou o projeto de lei 4614/16, o qual foi aprovado em dezembro de 2017. O projeto resultou na lei 13.642, aprovada em abril de 2018. A lei autoriza a Polícia Federal a investigar crimes de ódio contra mulheres, praticados por meio da rede. São considerados crimes contra mulheres qualquer difusão de conteúdo misógino, os quais são os que propagam ódio e aversão às mulheres. A definição da própria lei:

⁹ Constituição Federal Brasileira de 1988, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21/03/19.

VII - quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.¹⁰

Pela primeira vez a palavra "misógino" apareceu em uma lei brasileira. E o que isso pode significar para o movimento feminista como um todo no Brasil? Talvez um começo para que mais mulheres, ao serem atacadas na internet por meio de discursos de ódio, possam se sentir acolhidas e não silenciadas, de alguma forma. Certamente é uma conquista a ser celebrada pelo movimento feminista e é algo que surgiu a partir da atuação e resistência do movimento especialmente feito nas redes sociais. A existência da lei certamente é uma maneira de resistir contra o silenciamento causado pelos discursos de ódio.

Apesar da importância dessa lei, é válido lembrar que o sistema punitivista do contexto brasileiro também deve ser questionado, afinal, da maneira como funciona, sabemos quem será punido. Para além da aplicação desta lei no caso de discursos de ódio, é preciso avançar sobre o conceito do punitivismo em geral dentro dos movimentos feministas.

Especialmente quando fala-se sobre assédio e abuso sexual, sabemos que em sociedades racistas como a brasileira, o mito do homem negro estuprador pode tomar proporções gigantescas. E quando pensamos na maneira como a difusão da informação acontece nas redes sociais, a busca por um culpado em uma denúncia é tão imediata como a exposição de um fato ocorrido.

Certamente, o mito mais insidioso sobre estupro é o de que é mais provável que ele seja cometido por um homem negro. Como resultado direto da persistente infiltração do racismo nas posturas sociais em vigor, as mulheres brancas são socializadas de maneira a nutrir muito mais medo de sofrer um estupro por um homem negro do que por um homem branco. [...] em consequência da história de racismo onipresente na aplicação de leis neste país, há nas prisões um número desproporcional de homens negros condenados por esse crime. (Angela DAVIS, 2017, p. 45)

Neste trecho a autora descreve a realidade de seu país, os Estados Unidos, mas é possível afirmar que essa informação é realidade também no Brasil, onde os números de encarceramento mostram que homens negros são a maioria desproporcional de acusados por este tipo de crime. No Brasil também considera-se a pessoa negra portadora da violência por excelência. No entanto, Davis aponta para a necessidade de desconstruir o que essa

¹⁰ Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13642-3-abril-2018-786403-publicacaooriginal-155161-pl.html>>. Acesso em: 28/03/19

socialização racista aponta como sendo uma causa biológica para o estupro e partirmos para uma análise mais complexa. Quando consideramos que o estupro é fruto das estruturas complexas de opressão da sociedade, e essas envolvem machismo, racismo, LGBTfobia, entre outras questões, percebemos que tratar essa questão apenas a partir da busca por um único culpado não faz muito sentido, tampouco evita que novos estupros aconteçam.

Após essa reflexão é possível constatar que resolver a questão do estupro pela simplista ótica do punitivismo não traz mais liberdade e democracia para a sociedade como um todo. A punição não faz com que esses crimes deixem de acontecer. Pelo contrário, traz uma falsa sensação de que os problemas estão distantes e trancafiados. No entanto, a história de Lola e a lei podem inspirar mulheres a denunciar ainda mais seus agressores, dentro e fora da rede. Com esse amparo, talvez, as redes sociais e outros espaços possam ser, de fato, mais democráticos para as mulheres, em toda sua pluralidade. Um marcador importante do ativismo em rede é que muitas militantes não procuram, de fato, que haja uma punição. Muitas vezes, o espaço de fala, a voz que se conquista nesses espaços, após tanto silenciamento em outros, essa sim é o fator de diferença, o que pode significar uma conquista emancipatória, o que nos leva a refletir a rede como espaço propício para práticas democráticas. É nítido que devemos refletir também sobre o lugar privilegiado em que se encontra Lola e que uma mulher ocupando uma posição menos privilegiada poderia ter demorado ainda mais, ou nem conquistado, esse apoio para a criação de uma lei. Quantas indígenas, negras, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais, proletárias, mães e tantas mais mulheres, em seus universos de particularidades, estão sendo silenciadas neste momento? E quantas estão resistindo, tomando suas vozes e falando por si mesmas, seja nas redes sociais ou fora delas. A este trabalho interessa a resistência, que perpassa relações de poder e que pode avançar a cada dia, que começa no âmbito individual, mas que deve sempre chegar ao coletivo.

Existe uma luta constante entre o silêncio e o rompimento deste silêncio, e que está longe de acabar. Essa luta se faz necessária diariamente e o caminho está em ouvir outras mulheres, aprender com elas e fazer ouvir a própria voz. É um processo de desconstrução e construção. Desconstrução de décadas de silêncio, leis, políticas e tantas estruturas e convicções enraizadas. Construção de formas e espaços de fala, transformação de leis para que se adequem a esse cenário, reinvenção dos conceitos de democracia e política. Para finalizar, o discurso de Audre Lorde na Associação de Línguas Modernas em 1977 é muito

inspirador no que diz respeito a resgatar a própria voz e entender que o silêncio não traz segurança.

Muitas vezes penso que preciso dizer as coisas que me parecem mais importantes, verbalizá-las, compartilhá-las, mesmo correndo o risco de que sejam rejeitadas ou mal-entendidas. Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las me faz bem. [...] Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar.¹¹ (Audrey LORDE, 1977)

É neste sentido que as percepções, até o presente momento do trabalho, têm se feito presentes. São mulheres contando suas histórias, desabafando, dizendo não, apesar das tentativas de silenciamento. E assim se faz o caminho nos feminismos, a partir de luta e resistência. O fato de ter voz sobre diversas situações pode ser empoderador e os espaços *online* podem proporcionar isso. Os avanços existem, precisamos comemorá-los, mas ainda assim o ato de resistir se faz necessário, dia após dia.

¹¹ Discurso completo disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em:
10/04/19

2. Movimentos feministas e ciberativismos

*Não existe agonia maior do que guardar uma
história não contada dentro de você.
(Maya Angelou)*

*E ainda restam tantos silêncios para romper.
(Audre Lorde)*

O chamado lugar de fala é um conceito surgido há mais de 30 anos¹², mas popularizado no Brasil pelos novos feminismos há pouco. É possível afirmar que desde o discurso proferido por Sojourner Truth na Convenção de Direitos da Mulher em 1851, nos Estados Unidos¹³, o universalismo do feminismo tem sido questionado por militantes e também pelas produções acadêmicas feministas. "E eu não sou uma mulher?", a frase marcante deste discurso ainda ecoa nos dias atuais e se faz necessária constantemente. Precisamos nos perguntar quem é a mulher universal à qual parte da produção acadêmica feminista, ou militante, se refere ao denunciar opressões de gênero. Durante muito tempo o movimento feminista buscou categorizar as mulheres, plurais e diversas, em uma única categoria, o que resultou na visão de mulheres dissidentes em "outras", vistas como exóticas, fetichizadas e até mesmo selvagens por parte do movimento. De fato, como já apontado na introdução dessa produção, é preciso desfazer-se da categoria mulher como universal, como unidade e do feminismo enquanto hegemônico. É preciso refletir sobre as diferenças e não tentar apagá-las.

Tornar as diferenças entre as mulheres visíveis dentro do movimento feministas não significa uma desunião do movimento, mas significa apontar que as diferenças são marcadores que interessam ao falar sobre as opressões, é preciso entender que a opressão de gênero se intersecciona com outras opressões. De acordo com Heloisa Buarque de Holanda:

Aqui entra a questão crucial do *framing*, do enquadramento, da localização de "quem fala", contestando a divisão autoritária e excludente do espaço político. Volto, portanto, um pouco à noção de lugar de fala, praticamente o eixo discursivo da luta dos feminismos da diferença. Como vem sendo definido e experimentado

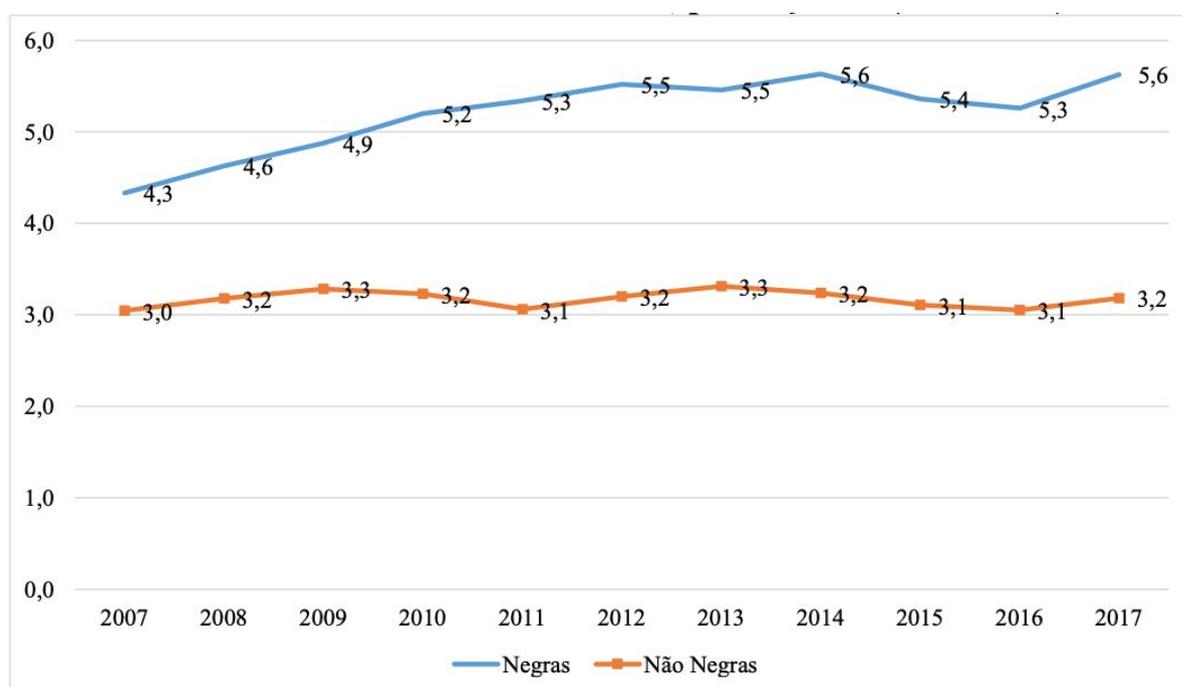
¹² Em *Explosão Feminista*, Holanda relata sua aproximação, nos Estados Unidos e nos anos 80, com leituras de autoras feministas negras que denunciavam o ideal de sororidade branca e questionavam ao feminismo branco quem era a mulher universal a qual suas escritas se direcionavam e a qual se fundamentava, muitas vezes, em cima da opressão de mulheres negras.

¹³ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 05/07/2019.

hoje, o lugar de falar é a busca pelo fim da mediação, de modo a garantir a autorepresentação discursiva e a busca por protagonismo e voz por parte do sujeito historicamente discriminado pelos dispositivos de fala. (HOLANDA, 2018, p. 246)

Quando pensamos em opressões que atingem o gênero feminino, podemos pensar que em algum momento pode até existir uma unidade, mas até que ponto? Os índices de violência contra a mulher são interessantes para pensarmos as diferenças dentro do feminismo. Os dados do Atlas da Violência de 2019 mostram que 66% das mulheres vítimas da violência letal na década analisada (2007-2017) são negras. Os dados mostram também que no mesmo período, enquanto a violência letal contra a mulher não negra diminuiu em alguns períodos, ou se manteve estável, o mesmo não aconteceu com as mulheres negras.

Imagem 2 - Índice de violência letal contra mulher



Fonte: Atlas da Violência 2019, feito a partir de dados do IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Para além deste dado, é importante pensar também que o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo,¹⁴ sendo que a maioria dessas pessoas é constituída por mulheres trans e travestis. Ao mesmo tempo, o país mais transfóbico do mundo, também é o país que mais pornografia trans e travesti. É importante apontarmos estes dados para ajudar na percepção de que a luta feminista se faz com diferentes intersecções, a partir de diferentes demandas. Desta forma, entendemos também a necessidade do conceito de lugar de fala.

A popularização do conceito do lugar de fala, tanto academicamente quanto por militantes no Brasil, deve-se em partes ao ciberativismo e ao esforço de algumas autoras em produzir literatura acessível, tanto no que diz respeito à linguagem, quanto ao preço de mercado. Nesse contexto, destaco a importante obra *O Que É Lugar de Fala?* de Djamila Ribeiro, tanto por sua linguagem acessível quanto pelo valor de mercado. Esta obra denuncia o silenciamento de algumas identidades e mostra como outras são autorizadas, não apenas no feminismo, mas também em outros movimentos. Para o conceito do lugar de fala, a descolonização epistemológica acontece quando damos importância também para a identidade, já que localizações diferentes produzem experiências diferenciadas (RIBEIRO, 2017, p.29). Essa obra marcou um importante avanço no que diz respeito a fazer um feminismo mais plural e mais interessado em dar valor às diferenças. O ciberativismo feminista também vem atuando desta mesma forma.

Apesar da popularização desse conceito e da aparente abertura dentro dos movimentos feministas em ouvir mais umas às outras, o caminho para realmente ouvirmos e aprendermos mais umas com as outras dentro do feminismo ainda é longo. Neste contexto em que as diferenças se mostram importantes para a produção do conhecimento e dentro dos feminismos, saliento a importância de pontuar o meu lugar de fala no início deste capítulo: branca, cisgênero, jovem, acadêmica e bissexual. Considero importante também apresentar o lugar de fala das entrevistadas deste trabalho até o presente momento. Antes de apresentá-las, gostaria de pontuar a escolha pelos nomes¹⁵ políticos sugeridos pela professora doutora Fernanda Amorim Accorsi. São eles: Mulher-Potente, Mulher-Transgressora, Mulher-Força e Mulher-Resistência. A escolha destes nomes políticos é justificada para

¹⁴ Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-segue-no-primeiro-lugar-do-ranking-de-assassinatos-de-transexuais-23234780>>. Acesso em: 10 de dez. de 2019.

¹⁵ Nomes fictícios, conforme prevê o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - COPEP.

e levar o substantivo mulher, que constantemente é utilizado em xingamentos misóginos. Neste contexto busca-se ressignificar o substantivo mulher e também define um pouco as entrevistadas, mas sem limitá-las à apenas isso.

Agora partimos para a apresentação do local no qual estão situadas as falas das entrevistadas. Mulher-Força é branca, cisgênero¹⁶, jovem, mãe, empreendedora, heterossexual e possui ensino superior incompleto. Mulher-Potente é negra, cisgênero, meia-idade, mãe, professora, mestra e heterossexual. Mulher-Resistência é branca, cisgênero, jovem, autônoma, possui ensino superior completo e lésbica. Mulher-Transgressora é branca, travesti, jovem, mestra, trabalha com vendas e opta por não categorizar sua sexualidade. Chegamos até essas entrevistadas a partir da visibilidade e notoriedade das mesmas na cidade de Maringá-PR e região.

É importante salientar que apesar de todas as potencialidades da militância ciberativista já citadas e que ainda serão comprovadas pelo presente trabalho, um dos limites se encontra no fato de que poucas mulheres periféricas e/ou que ainda não conhecem ou se interessam pelo feminismo utilizam os espaços *online*. Um exemplo disso é que todas as ciberativistas entrevistadas para este trabalho já conheciam o feminismo e já estavam envolvidas com ele de alguma forma. Portanto, para as entrevistadas neste contexto, o acesso às leituras, discussões, campanhas com uso de *hashtags* e outras situações, teve a potencialidade de aprofundar conhecimentos prévios. Entretanto, essa potencialidade não é desprezada, pois conforme veremos nas páginas seguintes, o acesso primário aos feminismos em muitos contextos não bastou para a emancipação dessas mulheres. Ou seja, apesar das entrevistadas já terem contato com o feminismo, a maioria delas na universidade, o acesso posterior a partir do ciberativismo colaborou para aprofundar os conhecimentos. Ou seja, apesar das entrevistadas já conhecerem o feminismo e já se declararem abertamente feministas antes de atuarem no ciberespaço, foi nestes espaços *online* onde puderam aprofundar seus conhecimentos sobre a luta e a teoria, além de entrarem em contato com outras mulheres em situações nas quais o contato físico não era possível. Portanto, a partir disso é possível avançar no conceito de democratização no que diz respeito sobre o ciberespaço ter proporcionado a essas mulheres mais acesso à informação, sendo possível um maior aprofundamento e maior atuação no movimento feminista desta forma.

¹⁶ Pessoas cisgênero são aquelas que se identificam com o gênero que foi designado à elas a partir do sexo biológico ao nascerem.

2.1 O ciberespaço como local de acesso à informação

Uma característica fundamental do ciberespaço é o rápido acesso e possibilidade de divulgação de informações. Nunca consumimos tanta informação, em tão pouco tempo e se deslocando tão pouco. Nunca antes meninas tão jovens afirmaram com consistência que são feministas. Lugar de fala, empoderamento, diferentes vertentes feministas, entre tantos outros temas estão sendo discutidos nestes espaços a nível local e também global. Define-se, nestes espaços, que todos os tipos de violência contra a mulher não podem mais ficar embaixo do tapete, a dicotomia público/privado é questionada. Surgem inúmeras campanhas, uso de *hashtags*, grupos e eventos no Facebook, blogs... Enfim, nunca informações sobre o feminismo e maneiras de colocar a luta em prática foram tão difundidas como hoje são. A própria ideia de campanha, que foi apropriada do uso publicitário, demonstra o potencial desta forma de ação política. Uma campanha com o uso de *hashtags* tem como principal objetivo atingir um grande número de pessoas. Para isso, é utilizada uma linguagem simplificada e em textos curtos que resumem o que aconteceu de uma forma que chame a atenção. No *Twitter*, o aspecto curto e prático da linguagem chama a atenção para o fato sem que seja necessário ler mais profundamente sobre o tema, permitindo que em pouco tempo muitas pessoas já estejam cientes de um ocorrido de destaque. Realmente, em termos técnicos, não existe muita diferença entre a linguagem de uma campanha publicitária e uma campanha feminista nas redes sociais.

Todo esse acesso facilitado à informação também proporcionou que as ativistas produzissem seu próprio conteúdo em formato de informação. Um dos mais poderosos métodos de praticar a militância nos espaços *online* tem sido a aposta em elaborar discursos pessoais com base na própria experiência sobre determinado tema. Desta forma, o discurso é individualizado, pautado na vivência subjetiva de cada ativista e acaba encontrando nestes espaços outros discursos similares, de outras militantes, que passaram pelas mesmas experiências e assim se potencializa a comunicação nestes espaços.

O grau de autonomia da descentralização das redes abriu um vasto campo de estratégias inesperadas de mobilização e comunicação políticas. Entre elas, estão as perspectivas capazes de mobilizar a expressão individual, assim como a erosão parcial entre o público e o privado, que podem ser vistos como o cerne da criação de modulações mobilizadoras estimuladas pela estrutura das redes.[...] É importante

observar que este padrão de comunicação teve um efeito particularmente positivo para indivíduos com baixa renda, nos movimentos de "minorias", e para a ação política em países em desenvolvimento. (COSTA, 2018, p.44)

Não apenas expondo o que se viveu, mas também para expressar apoio em relação ao que outra mulher vivenciou. Desta forma, são construídos laços de apoio e luta em conjunto. A partir da identificação com um tema, tendo vivenciado algo similar ou ainda, a partir do reconhecimento de sua condição enquanto mulher, ou então enquanto uma mulher negra ou uma mulher lésbica e pensando que aquela situação poderia ter acontecido com ela mesma. Surge uma identificação com o tema exposto, que pode vir pela forma de produção de um discurso pessoal sobre a própria vivência ou oferecendo empatia a partir do apoio com a causa.

Foi dessa forma que Mulher-Potente conseguiu se aproximar mais do feminismo negro e ter acesso às leituras sobre o tema que pouco tinha conhecimento até então:

A atividade na internet, pra mim, como militância mesmo, ela surgiu num momento muito específico. Eu tava no segundo ano do mestrado e tava surtada, não tava conseguindo dormir. Eu tinha passado por duas situações de morte na minha família, de morte súbita. E aí eu ficava naquela coisa da pesquisa, sabe? Aquela coisa de achar que não ia dar conta, bem louca e aí não conseguia dormir, isso lá em 2013. Aí foi quando apareceu o grupo Blogueiras Negras, lá no Facebook como áreas de interesse, vamos dizer assim. Aí eu solicitei pra entrar e entrei. O grupo tava bem no início, o Blogueiras não tinha nem um ano de existência ainda e aí que eu fui me interar mais sobre o que era o feminismo negro. (MULHER-POTENTE, 2019)

Destaca-se aqui que, mesmo para algumas mulheres acadêmicas e com acesso às teorias feministas durante esse percurso, esse espaço por si só não tem bastado para preencher as lacunas das diversas demandas dentro do movimento. Sendo assim, mesmo com o primeiro acesso tendo acontecido dentro da academia, as redes sociais facilitaram o acesso para leituras complementares e mais avançadas sobre feminismo e suas intersecções. Como pontuado diversas vezes no decorrer deste trabalho, o acesso ao feminismo de maneira universal é problemático e não contempla a maioria das mulheres. Sendo assim, muitas mulheres procuraram avançar em seus conhecimentos teóricos e práticos sobre o feminismo com a ajuda de materiais disponibilizados em redes sociais ou ainda, a partir de trocas realizadas com outras mulheres pelo ciberespaço. Abaixo, Mulher-Potente completa essa ideia em sua fala:

Eu não tinha quase nenhuma teoria, alguma teoria, pouquíssima, porque nem na graduação, nem no mestrado eu tive contato com isso. Poucas leituras negras na graduação, embora seja das Ciências Sociais. E as disciplinas que eu fiz que discutiam a questão racial, eram disciplinas optativas, não eram parte da grade fixa. E no mestrado eu não tive essa discussão. As teorias vieram mais por minha conta do que pela minha formação acadêmica. Mas discutia feminismo, aquela coisa toda das ciências sociais, faz parte aí quando estamos estudando os grupos políticos. Aí no Blogueiras¹⁷ eu encontrei um monte de mulher negra e acadêmica, que fazia discussão e com um monte de autoras internacionais que eu nunca tinha ouvido falar na vida e as que eu já tinha ouvido falar mas também nunca tinha lido, tipo Angela Davis, que eu nunca tinha lido. E elas faziam discussão, falavam de interseccionalidade e eu me perguntava: mas que raio é interseccionalidade? Aí eu fui descobrindo os conceitos, a partir delas. (MULHER-POTENTE, 2019)

É interessante pontuarmos que esse tipo de ação pode ser considerada uma ação coletiva para a emancipação das mulheres oprimidas. Devemos ter como base que a ação política se faz principalmente a partir da mobilização do coletivo, portanto, um portal como é o Blogueiras Negras e outros similares (sejam outros sites, grupos no Facebook, campanhas com o uso de *hashtags*, entre outros), atua a partir de ações como o compartilhamento de textos e vivências. As mulheres que os acessam provavelmente não teriam acesso em outros espaços ou não desta forma, sem grandes custos, sem deslocamento. Inclusive, existe um trabalho de tradução de textos que estão em outros idiomas, o que democratiza essas leituras. Uma parte das mulheres que possuem acesso à essas informações, inclusive podem não possuir acesso às leituras acadêmicas, desta forma, é também uma democratização do conhecimento teórico que excede os muros das universidades.

Aí o Blogueiras Negras nasce como um blog (a partir da página do Facebook) e reúne mulheres negras que escrevem, com uma pegada acadêmica, tem toda uma pegada acadêmica, mas também publica contos, poesias, enfim... Traduzem textos, muitas vezes textos que não tem em outro canto, aí as meninas traduzem e publicam no blog, lá na página. Então é um portal, um portal de mulheres negras que escrevem. E eu fui inserida na militância a partir daí. E aprofundi também o meu conhecimento sobre feminismo negro também a partir do Blogueiras Negras. (MULHER-POTENTE, 2019)

Bell Hooks pontua que a linguagem também é um local de luta. Isso porque as pessoas oprimidas utilizam dessa forma de expressão para recuperarem a si mesmas. É por meio dessas ferramentas também que muitas mulheres alcançam a emancipação. É quando, por exemplo, descobrem que estão passando por uma situação e se fortalecem para enfrentá-la. É

¹⁷ A entrevistada se refere ao site Blogueiras Negras, nascido em 2012. O site atualmente conta com aproximadamente 200 escritoras negras, as quais escrevem sobre as opressões que enfrentam por serem mulheres e negras, além de outras opressões como lesbofobia, gordofobia, transfobia, entre outras. Conheça em: <<http://blogueirasnegras.org/>>. Acesso em 13 de nov. de 2019.

neste momento que muitas podem se descobrir feministas e iniciar a sua atuação política no movimento. Neste contexto, seja por meio da escrita ou da leitura, mulheres podem ter um processo de reencontro consigo mesmas, após terem sido negadas a ter acesso às suas próprias histórias. E esse é considerado um trabalho de libertação, no qual mulheres recuperam e reinventam suas histórias, não no individual, mas no coletivo.

É essa voz coletiva que lutamos para recuperar. Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história. Esse processo de autorrecuperação permite que nos vejamos como se fosse a primeira vez, pois nosso campo de visão não é mais configurado ou determinado somente pela condição de dominação. (HOOKS, 2019, p. 78)

Mulher-Força tem uma trajetória similar à de Mulher-Potente no que diz respeito às suas experiências com os feminismos na rede. Apesar de ambas já terem um contato prévio com o feminismo, o que muito provavelmente tenha ocasionado esse interesse em explorar mais, a internet foi um ambiente propício para que se encontrassem com novas informações, conceitos, práticas e outras mulheres com as quais puderam se identificar e trocar conhecimentos.

O meu contato é mais no tempo livre que eu tenho, no Instagram e no Facebook. O que me aparece ali eu vou lendo quando dá. Mais antigamente eu lia alguns blogs, tipo o Hypheness e o Casal Sem Vergonha, que falava de umas coisas que nenhum outro falava na época. Sexualidade da mulher, e da gente como pessoa, não para priorizar o homem ou qualquer tipo de coisa assim. E aí eu sempre me identifiquei bastante nisso de ter uma sexualidade e de não entender porque que era errado, ué porque que isso é ruim, tá ligado? Nunca foi errado pra mim, mas pros outros era. E aí que eu fui começar a entender tudo isso, bastante por esses blogs. Eu adorava, sempre li muito. Então se eu tô à toa, eu tô sempre lendo no celular. Eu não leio mais livro, não tem como. (MULHER-FORÇA, 2019)

É importante reconhecemos nesta fala que se trata de uma mãe de duas crianças pequenas que explana sobre como o ciberativismo é uma alternativa aos métodos convencionais de militância no que diz respeito ao tempo disponível. Para uma boa parte das mulheres, o tempo é uma variável de grande consideração no que diz respeito a se engajar em uma luta. Portanto, ao diminuir o tempo gasto, o ciberativismo apresenta uma grande potencialidade para diversos grupos de mulheres, especialmente se levarmos em conta a questão das jornadas duplas e até mesmo triplas que algumas têm.

As narrativas feitas pelas ciberativistas feministas recuperam com força tanto o poderoso slogan da segunda onda feminista "O pessoal é político", como também o conceito da terceira onda, batizada de "feminismos da diferença". Os aspectos da vida pessoal pesam para que as ativistas insiram a militância em suas trajetórias pessoais, portanto, o ativismo, nestes casos, vêm a partir de demandas ocorrentes na vida particular. É possível afirmar o mesmo sobre o conceituado feminismo da diferença. Afinal, ativistas não contempladas pela categoria universal¹⁸ mulher puderam fortalecer na rede, e não apenas nela, o conceito de interseccionalidade. Com isso, é necessário dizer que a rede funciona como um mecanismo que reúne informações e onde as ativistas, em conjunto, podem fortalecer esse movimento. Ou seja, esferas *online* e *offline* não podem ser vistas de maneira separada ou ainda, afirmar que existem barreiras muito nítidas entre elas. Essa barreira é fluída, afinal, os espaços *online* sempre refletem o que acontece fora deles, assim como os espaços *offline* também podem ter influência do que acontece no espaço *online*.

Para além do acesso facilitado à informação, o fator de encurtamento das distâncias geográficas interessam muito aos feminismos atuantes no ciberespaço. Principalmente quando pensamos em mulheres que provavelmente encontram dificuldades em se aproximar de outras mulheres fora da rede. E principalmente mulheres com as quais apresentam subjetividades similares. Mulheres em posições menos privilegiadas muitas vezes enfrentam a dificuldade da solidão ao alcançar espaços de poder, como por exemplo a universidade. Essa solidão está desde a falta de pessoas trans e negras nos espaços de poder, até a falta de ler teóricas trans e negras nesses espaços, por exemplo. Portanto, nas redes sociais se torna mais simples o processo de encontrar outras mulheres com quem compartilhar suas vivências, conhecimentos e suas vivências em geral. Visto que nenhuma luta se faz apenas na esfera individual, encontrar-se com outras mulheres dispostas a resistir em conjunto, fortalece essa luta.

Eu acho que uma coisa que internet proporcionou e que é muito revolucionária é o afeto trans-centrado. É abrir uma chave de saber que eu não preciso da validação e do afeto dessas pessoas cis pra me sentir uma pessoa completa, desejada, interessante, atraente e querida. Porque existem outras pessoas trans que estão dispostas a me dar esse afeto e que normalmente na vida social concreta física, seria muito difícil eu encontrar essas pessoas e desenvolver essas discussões. Na internet isso acontece e eu acho que tem essa potência revolucionária. (MULHER-TRANSGRESSORA, 2019)

¹⁸ É válido lembrar que a categoria mulher como um todo é esvaziada, afinal, não existe um modelo de mulher que se encaixe nela. Sendo necessário assim, pensar em intersecções.

Essa potência revolucionária da internet citada pela entrevistada reduz um pouco os efeitos da solidão. E ao falarmos sobre esse tema é importante diferenciarmos os termos solidão e solitude, como bem pontuado por Mulher-Transgressora:

Eu acho que a solidão hoje em dia é uma questão bem complexa, porque a gente tem que saber descolar solidão de solitude. A solitude não é por si só ruim, você passar um tempo com você, ter acesso a si mesma é um privilégio. Só que ao mesmo tempo ela tá muito enraizada na solidão, porque no caso das pessoas LGBT, das pessoas negras, pessoas dissidentes de maneira geral, pode ser uma pessoa gorda, uma pessoa portadora de alguma necessidade especial, enfim, qualquer característica que desvie um pouco do padrão, ela vai encarar uma solidão que é premeditada, que é cruel. Essa pessoa vai ser ceifada de afetos, isso é um problema muito grande. Então eu acho difícil discutir a questão da solidão com o discurso de tire um tempo pra você, com a sua companhia, para se conhecer, porque grande parte dessas pessoas não têm a oportunidade de tirar um tempo com outras. Então isso é muito difícil. (MULHER-TRANSGRESSORA, 2019)

É nítido que o problema da solidão para mulheres dissidentes é uma questão muito complexa e estrutural, portanto ações a nível individual não eliminam o problema por completo. E também apenas o contato virtual não coloca fim na solidão profundas dessas mulheres em situações dissidentes, isso porque não se escapa da vida física longe das telas, o que esse apoio traz é um fortalecimento importante e a sensação de não estar totalmente sozinha.

No nível de afetos, eu acho que conviver com outras pessoas trans te dá o poder de fazer certos comentários e não precisar explicar, porque elas sabem do que eu tô falando, porque elas já passaram por isso, porque elas entendem o lugar de dor que eu estou, porque elas conhecem pessoas que passaram por isso. Então eu acho que nesse sentido é uma rede muito forte de apoio. Mas no nível da vida real, infelizmente isso não dá conta. (MULHER-TRANSGRESSORA, 2019)

Mesmo para mulheres que não estão na academia, conceitos oriundos de teorias feministas e outras, tornam-se mais acessível nesses espaços. É, de fato, uma maneira na qual as ativistas encontraram de extrapolar as barreiras da universidade e levar o conhecimento científico para outros espaços.

A internet ainda não é acessível a todos, mas sem dúvida ela foi um fator importante para se entender a difusão de conceitos como a interseccionalidade entre as feministas, em especial as negras. Num almoço com Sueli Carneiro, ela me disse que lia os textos reproduzidos no portal Geledés e que era admiradora dessa

produção atual. Além da sua extensa contribuição para o feminismo e a luta negra, esse interesse em se relacionar com as novas gerações sem desmerecer suas linguagens e seus meios faz com que Sueli seja tão presente nas narrativas dos mais jovens. Durante uma entrevista em 2014 para o *East London Lines*, Angela Davis, assim como Sueli, quando questionada sobre como jovens deveriam pressionar ativamente as mudanças em que acreditam, respondeu: "Isso deve ser decidido pelos próprios jovens. Não é para uma geração ditar à outra como deve ser o melhor modo de ativismo político. (Stephanie RIBEIRO; Cidinha Da SILVA, 2019, p. 279)

Para além de todas as potencialidades citadas, é válido salientar que no presente momento, o conservadorismo vem avançando cada vez mais nas plataformas *online* e não apenas nelas. Desde a onda de protestos de 2013, o crescimento da militância de extrema direita é muito preocupante no Brasil e tem sido objeto de reflexão de intelectuais da esquerda.¹⁹ As redes sociais tiveram um papel gigante no que diz respeito ao engajamento e mobilização, no que ficou conhecido como primavera brasileira (MORAES; SANTOS, 2013, p. 194). Já durante esses protestos houve uma grande divisão entre dois rumos de militância completamente opostos e o que começou como uma reivindicação contra o aumento no preço das passagens, declaradamente de esquerda, tornou-se uma disputa fervorosa entre esquerda e direita inédita após a redemocratização do país. Após estes protestos, nas eleições de 2014 essa grande polarização entre esquerda e direita começou a se mostrar ainda mais visível, sendo as redes sociais atuantes como dispositivos subjetivadores e o Facebook o mais notório dentre elas (BRUGNAGO; Vera CHAIA, 2014, p. 102). Foi nesse momento de disputa eleitoral que grandes embates aconteceram, o antipetismo se consolidou e os movimentos de extrema direita começaram a se radicalizar cada vez mais. Naquele momento, além da militância de extrema direita caminhar em direção ao cenário que temos hoje, o congresso nacional de 2014 foi o mais conversador desde 1964, ano do golpe militar, dentre eles personalidades conhecidas por declarações racistas, machistas e LGBTfóbicas:

Dos 513 candidatos eleitos, temos 257 candidatos financiados pelo agronegócio, que normalmente vão contra causas como direitos indígenas, preservação de florestas e regulamentações no uso de defensivos agrícolas. Deputados ligados à Polícia são 55; estes vão trabalhar por questões como redução da maioria penal e fortalecimento de instituições questionáveis como a Polícia Militar. A bancada evangélica atingiu 82 representantes diretos da igreja; são estes que normalmente trabalham contra direitos de homossexuais e direitos da mulher. Em contrapartida, deputados

¹⁹ Marilena Chauí fala sobre a onda de protestos de 2013 <https://www.ocafezinho.com/2013/08/28/chaui-fala-sobre-manifestacoes/>

defensores das causas sociais se encolheram, e deputados relacionados a frentes sindicais foram reduzidos de 83 para 46. (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p. 110)

Destaca-se neste momento o fortalecimento do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, que em 2014 foi eleito com 464.572 votos, sendo o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro. Esse cenário ultraconservador nutriu ainda mais os conflitos já existentes com a polarização formada, o que em 2016 colaborou com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Faz-se necessário pensar a construção do cenário político atual relacionando à atuação dos movimentos sociais nos últimos anos para entendermos como é que chegamos ao resultado atual. O pensamento conservador se perpetua dia após dias e com o auxílio das redes sociais, já que apesar de ser um instrumento utilizado para o fortalecimento da democracia, também pode ser utilizado para o oposto. A grande disseminação de *fake news* favorece a perpetuação do ódio e do crescimento do pensamento conservador no Brasil. Juntamente a este cenário, existe também uma resistência maior para que os discursos feministas sejam aceitos. Ao que parece, depois dos avanços conquistados pela primavera feminista em 2015, o campo de debate sobre o movimento passou a perder forças e concorrer com o conservadorismo nas redes sociais. Principalmente o crescimento da fé cristã pentecostal tem dificultado as ciberativistas de concretizarem seus discursos.

As mulheres mais velhas, dos 50 pra cima, elas estão muito presentes nas redes sociais. Só que daí a gente tem uma questão que é: elas estão muito presentes fazendo das redes sociais a expansão da sua própria fé. Então elas fazem uma extensão das suas fés pentecostais. E isso tira delas a capacidade de enxergar qualquer coisa que não esteja ligada à fé de modo geral, mas principalmente a fé cristã e principalmente as pentecostais. Eu vejo que falando de mulheres e religião cristã, as mulheres católicas estão mais abertas ao diálogo, porque a igreja católica dá essa liberdade, emancipa mais as mulheres, apesar de todas as questões que daí não cabe, mas a igreja católica emancipou as mulheres em diversos aspectos. Enquanto as igrejas pentecostais não fazem esse caminho. Então alcançar essas mulheres é muito mais difícil, porque elas simplesmente não querem te ouvir, porque elas não querem e nem conseguem, porque vira uma bolha social. Elas falam delas para elas mesmas e a gente não consegue adentrar e como há essa demonização do movimento feminista, literalmente demonização, elas não querem nem ouvir falar, porque parece a elas que é algo pecaminoso, que é algo anti-religioso, então essas mulheres são muito difíceis de alcançar. (MULHER-RESISTÊNCIA, 2019)

Devemos nos atentar também à hipótese de que o diálogo com as mulheres mais velhas não é uma tarefa fácil para o ativismo. Assim sendo, não é uma informação nova que os ativismos sociais em geral procuram dialogar com a parte mais jovem da população quando se pensa em alcançar resultados mais efetivos. O ciberativismo feminista tem

apostado na ideia de orientar jovens para que possam discernir de acordo com as informações disponível. Não se trata de uma possibilidade de moldar as pessoas desta faixa etária, mas sim de fornecer informações, debater, dialogar e apontar caminhos possível. É interessante que essa faixa etária costuma ter um perfil mais investigativo, mas aberto e questionador, diferente das pessoas mais velhas, as quais provavelmente entram em diálogos com opiniões formadas e sem muita abertura para a mudança. Portanto, investir em mulheres mais jovens tem sido uma das estratégias do ciberativismo feminista.

As mulheres mais jovens é mais fácil, quanto mais jovem, mais fácil. Porque a presença de adolescente nas redes sociais é massiva. São pessoas que como estão em processo de formação, estão mais abertas a ouvir e eu gosto desse público, porque é um público crítico. A gente tem essa ideia errada de que os jovens estão em processo de formação então é possível moldá-los, não, mentira. O que você pode fazer é orientá-los, mas eles vão pensar o que quiserem. Então se você apresentar pra essa jovem da forma correta o que é o movimento feminista, a história do movimento, por que o movimento é importante, por que a luta é importante, por que ela ser feminista e se dizer feminista é importante, ela entende sem precisar de grandes delongas. Ela já sabe que isso está presente na vida dela, ela já vê isso diariamente, você só dá um nome para o que ela já lutava. (MULHER-RESISTÊNCIA, 2019)

Diante do cenário conservador já pontuado, essa dificuldade tende a persistir ainda mais. No entanto, a militância feminista está articulando estratégias para combater essa limitação e continuar a luta pelo ciberativismo mesmo neste momento desafiador. Como pontuado pela entrevistada em sua fala acima, a promessa das gerações mais jovens e das que ainda estão por vir traz um fio de esperança, afinal, a luta sempre se faz no coletivo, a partir de estratégias que levem o feminismo cada vez para mais mulheres.

2.2 Quarta onda feminista: afinal, do que se trata?

Quando pensamos no contexto da América Latina e mais especificamente o do Brasil, como é o caso do presente trabalho, é complicado pensar a ideia de ondas feministas de maneira tradicional como abordada pela teoria feminista consolidada por autoras clássicas.

Isso porque em países localizados no sul global as mulheres ativistas nem sempre se denominam como tal. Ainda sim, durante o período da ditadura e após a redemocratização do país, as vozes femininas foram marcantes e presentes nas lutas deste período. A bibliografia brasileira feminista considera três períodos fundamentais na história da luta feminista brasileira. O primeiro, a partir da luta sufragista pelo direito ao voto, caracterizado majoritariamente por mulheres burguesas e brancas. O segundo durante o regime militar da ditadura no começo dos anos 70, caracterizado pela luta contra o Estado militarizado e ditatorial, inclusive sendo esse o grande marco que diferencia o feminismo latino-americano do feminismo europeu e norte-americano. E o terceiro no qual houve uma aproximação entre as mulheres periféricas e as de classe-média intelectualizada, provocando diversas reflexões e um novo repertório de ações, que naquele momento foram direcionadas para a "profissionalização" do movimento, por meio da criação de ONGs e políticas públicas para mulheres (Céli Regina Jardim PINTO, 2010, p. 17). Sobre a quarta onda do feminismo, não é nítido quando se começou a falar sobre essa divisão, mas conforme já citado aqui, muitas bibliografias apontam o papel central das redes sociais para esse momento do feminismo no Brasil e em outras partes do mundo. Para outras bibliografias, o ponto central deste momento do feminismo está em despatriarcalizar o Estado por meio da aproximação entre feministas e Estado para a efetivação de processos institucionais (Milena Cristina, BELANÇON, 2019, p. 101). No entanto, após o golpe de 2016 e a eleição do atual governo federal essa aproximação se tornou cada vez mais difícil e novas táticas para aproximação com o Estado, ou não, ainda estão sendo debatidas. É um momento de transição no que diz respeito a este aspecto.

Portanto, podemos considerar que a quarta onda do feminismo no Brasil engloba tanto a aproximação de uma parte das feministas com o Estado como também é representada pela militância *online*. Outro marco da quarta onda feminista é o recorte decolonial e a formação de um feminismo latinoamericano fortalecido. Por conta dessa característica, algumas feministas latino americanas exploram a ideia de que a quarta onda feminista é exclusiva deste local. Uma das criadoras do movimento argentino *Ni Una a Menos*, Cecília Palmeiro, é uma militante que defende essa concepção. Em uma entrevista concedida à Revista Cult²⁰, ela aponta algumas diferenças entre o feminismo constituído na América Latina em relação aos demais feminismos do mundo. A ativista considera que a capacidade de aprender umas com

²⁰ Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

as outras, constituindo um feminismo que compreende pautas coletivas e plurais faz parte da quarta onda do feminismo. Ela argumenta, ainda, que a construção de uma identidade feminista latinoamericana pode ser considerada um fruto dessa onda, motivo pelo qual a militante aponta que a existência da quarta onda do feminismo é exclusivamente latinoamericana.

No entanto, apesar das diversas considerações sobre a quarta onda do feminismo, a que prevalece nas bibliografias é sobre o uso maciço das redes sociais para o movimento:

Já é possível afirmar com segurança que estamos vivendo um momento de Quarta Onda do Feminismo, e esta é caracterizada principalmente pelo uso maciço das plataformas de redes sociais com fim de organização, articulação e propagação da ideia de que a igualdade entre os sexos ainda é uma ilusão. (Jacilene Maria SILVA, 2019, p. 25)

É fato que o feminismo tradicional não foi capaz de representar a vasta pluralidade de mulheres. Com o surgimento do ciberativismo isso deixou de ser uma barreira, em partes, para que mais mulheres despertassem para o movimento e encontrassem seu lugar e sua voz dentro do feminismo. É válido ressaltar que quando dizemos que deixou de ser uma barreira em partes, é porque ainda vivemos em um momento em que a autocrítica do feminismo se tornou importante para entendermos os motivos que levam algumas mulheres a não se afirmarem feministas e a cultivarem até mesmo uma certa aversão ao movimento. São limites aos quais a quarta onda feminista ainda não conseguiu transpor. Mesmo que a quarta onda esteja focada em trazer à tona as diferenças, pluralidades e o conceito do local de fala sempre esteja presente, ainda existe a barreira da não identificação com o movimento e os diversos embates que acontecem.

A quarta onda do feminismo, que vivemos atualmente, é intrinsecamente ligada às demandas das pessoas das regiões periféricas do ocidente, aquelas pessoas que nunca antes — ou muitíssimo mal — tiveram espaço para se manifestarem e serem ouvidas, e com a internet encontraram esse espaço. É o caso dos países da América Latina. Na internet, essas pessoas encontraram um bom espaço para articular a própria luta contra a violência de gênero — tanto nos ambientes públicos quanto no âmbito privado. (SILVA, 2019, p. 26)

Neste cenário em que o ativismo feminista digital se mostra repletos de boas conquistas ao movimento e a grande pluralidade de mulheres atingidas por ele, não podemos deixar de destacar alguns motivos pelos quais muitas mulheres mesmo com acesso ainda não

se identificam com o feminismo. A questão da não identificação de uma boa parcela das mulheres com o feminismo não é uma pauta surgida na atualidade ao movimento. Diversas teóricas ao longo dos anos já discorreram sobre esta questão a fim de refletir sobre os motivos que levam a não adesão ao movimento. Desde os primórdios do movimento feminista, as mulheres da classe trabalhadora tiveram desconfiança sobre o papel do feminismo em suas vidas. Isso porque o simples argumento de que o feminismo prega a libertação das mulheres não atinge igualmente todos os grupos de mulheres. Bell Hooks argumenta que afirmar que o feminismo se trata de uma libertação das mulheres em relação à dominação dos homens é simplista e não engloba a intersecção de opressões existentes.

Desde o início do movimento de libertação das mulheres, essas mulheres suspeitam do feminismo justamente porque reconheceram as limitações inerentes a sua definição. Elas reconheceram a possibilidade de que o feminismo definido como igualdade social com os homens pudesse facilmente se tornar um movimento que afetaria principalmente a posição social das mulheres brancas nos grupos de classe média e alta, afetando apenas de maneira muito marginal o status social da classe trabalhadora e das mulheres pobres. (HOOKS, 1984, p. 20)

Tais características se aproximam do feminismo liberal, o qual defende em sua teoria que a emancipação das mulheres se dá a partir da liberdade individual, alcançada pela emancipação financeira, a qual está diretamente ligada ao regime capitalista. Os primórdios da luta feminista se encaixam nessa teoria, quando as feministas sufragistas reivindicavam o direito ao voto e a propriedade privada. Atualmente as principais reivindicações desse movimento se concentram em oportunidades de trabalho e salários igualitários. Essa vertente feminista já amplamente discutida pela bibliografia feminista justamente por não fazer intersecções entre gênero, classe e raça, mas também podemos incluir outras intersecções já citadas no presente trabalho.

Quando o feminismo se traduz apenas como algo a ser consumido, também pode se tornar algo inacessível e superficial, voltado para ações individuais. Muitas mulheres acreditam que vão ser emancipadas a partir da independência econômica e da inserção no mercado de trabalho. No entanto, este mesmo mercado as oprime e o trabalho doméstico é transferido para outras mulheres, então o ciclo que poderia libertá-las se repete. A independência financeira não pode ser alcançada por todas as mulheres, não traz avanços coletivos, não é algo que irá mudar a estrutura. O empoderamento feminino não traz nada de novo para a estrutura de dominação patriarcal se ele acontece na esfera do individual. As

opressões de gênero são problemas complexos que exigem luta e enfrentamento na esfera pública e privada. Nas ruas ou nos mecanismos do Estado.

A questão é que para muitas mulheres periféricas o feminismo que chega até elas pelas redes sociais e de outras diversas maneiras é este, centrado em uma emancipação individual, sem perspectiva de uma reforma que traga alguma perspectiva diferente de fato para suas vidas. Acontece em muitos casos a identificação com tudo que o feminismo defende, seja em discurso ou ações, mas ainda sim até a aversão pela palavra feminismo.

Eu já fui chamada para falar sobre feminismo negro para mulheres negras e periféricas e elas terem uma certa aversão à ideia do feminismo. Elas falam que não contempla, que não chega pra elas. Aí eu escrevi o texto falando disso. Que antes de eu saber o que era feminismo, eu já era feminista. Aquela ideia de que criou-se um conceito para analisar as práticas das mulheres que já lutavam e não o contrário, criou-se um conceito e a partir daí as mulheres iniciaram a luta. Não gente, as mulheres sempre lutaram. Aí deu-se um nome pra essa luta, mas as práticas já existiam. (MULHER-POTENTE)

É importante considerar esse tipo de ação descrita pelo relato da entrevistada, visto que a resistência de uma parcela das mulheres ao feminismo não é um desafio apenas atual. Já na década de 1970 Angela Davis escreveu sobre a dificuldade das mulheres negras, latinas e indígenas de aderirem ao movimento que lutava contra a cultura do estupro naquele momento:

Se investigarmos as razões pelas quais tem sido tão árduo assentar as bases para um movimento antiestupro multirracial efetivo, descobriremos que a influência abominável do mito do estuprador negro se impõe. Durante os primeiros anos da década de 1970, quando a campanha antiestupro ainda estava em seu início, a presença de mulheres afro-americanas naquele movimento era raridade. Não há dúvida de que isso se devia em parte à consciência incipiente das mulheres brancas que foram pioneiras no movimento de libertação feminina a respeito da inter-relação entre racismo e sexismo em geral. Ao mesmo tempo, ativistas antiestupro não compreenderam em que medida o estupro e o uso racista da acusação fraudulenta de estupro são historicamente inseparáveis. Se, ao longo da história deste país, o estupro de mulheres negras por homens brancos constituiu uma arma de terror político, o outro lado da moeda tem sido a maquinação de acusações de estupro contra homens negros. Milhares de linchamentos terroristas foram justificados pela evocação do mito do estuprador negro. (DAVIS, 2017, p. 46)

A falta de estratégias de resistência e transformação nestes contextos também pode gerar uma aversão ao movimento feminista. Especialmente as mulheres da periferia encontram essa dificuldade com a identificação com o movimento por não verem uma transformação nítida em suas vidas que pode ser causada pelo feminismo. Ainda pensando no

crescimento neopentecostal no Brasil nos últimos anos, podemos entender que o papel dessas igrejas e da religiosidade na vida dessas mulheres traz a esperança e o senso de pertencimento que o feminismo ainda não conseguiu transmitir para uma boa parcela da população das mulheres.

Nomear a dor ou revelar a dor num contexto que não está ligado à estratégias de resistência e transformação criou para muitas mulheres condições ainda maiores de hostilidade, alienação, isolamento e, às vezes, desespero. Ao invés de ajudar no processo de autorrecuperação, muitas mulheres sentiram um senso de desintegração, como se suas vidas se tornassem ainda mais fragmentadas e partidas (aquelas mulheres que nomearam a dor engendrada pelo machismo e pela opressão de gênero, que continuaram a imitar os homens e a trabalhar na assimilação da cultura do patriarcado, da cultura da dominação, foram capazes de experimentar um senso de realização negado àquelas de nós que buscávamos transformação tanto do eu quanto do mundo ao nosso redor). Na busca por autorrecuperação - não apenas a descrição de determinadas feridas, a vitimização ou a discussão repetida dos problemas -, muitas mulheres simplesmente ficaram desiludidas e desinteressadas do feminismo, incertas sobre se o feminismo era realmente um movimento radical. (HOOKS, 2019, p. 81)

Ainda que exista essa reflexão, precisamos nos lembrar sobre o efeito que a cultura do estupro tem particularmente na vida das mulheres negras:

A cultura do estupro no Brasil não pode ser desvinculada de nosso passado colonial e escravocrata. As mulheres negras, escravas, eram consideradas “coisas”, propriedades dos donos das fazendas e eram sistematicamente estupradas, além de sofrerem diversas outras violências. Eram responsabilizadas pelas mulheres brancas e pelos homens brancos pela suposta sedução do “senhor”. O comportamento violento dos senhores brancos, donos das escravas e escravos, não era questionado. A hipersexualização das mulheres negras advém dessa criação para justificar o estupro. Assim, o sexismo e o racismo fundamentam a cultura do estupro no Brasil. Não é por outra razão que as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência doméstica e sexual em nosso país. (CAMPOS; MACHADO; NUNES; SILVA, 2017, p. 989)

As reflexões de autoras como Davis e Hooks ainda se fazem necessárias neste momento. Mesmo que o tema estupro seja algo recorrente dentro do feminismo já há algumas décadas, é bem recente o conceito de cultura do estupro. A noção do que é considerado estupro passou por muitas modificações ao longo dos anos. Nos séculos XVI e XVIII por

exemplo, o sexo sem consentimento não era considerado uma violação dos direitos individuais das mulheres, isso porque era negado a essas o status de sujeito. Ou seja, uma agressão ao corpo feminino era considerada uma violência contra a propriedade do tutor da mulher em questão, seja ele seu pai, seu marido, entre outros (Mariana ROST; Miriam Steffen VIEIRA, 2015, p. 263). O corpo feminino foi tratado como propriedade masculina durante muito tempo, o que até os dias atuais resulta em justificações do estupro e de outras formas de violência contra a mulher. Afinal, é importante pontuarmos que a violência sexual é sobre poder, não sobre sexo em si. Somente nos anos 1960 e 70 a teoria feminista começou a escrever sobre o estupro, novamente levando em consideração as reflexões sobre o público e o privado, foi possível entender que algumas questões da esfera privada não poderiam ser tratadas apenas dessa forma. Ao descortinar as barreiras entre público e privado, foi possível compreender que os direitos individuais pelo corpo poderiam ser discutidos amplamente na esfera pública. A obra *Against our will: men, women and rape* de Susan Brownmiller explanou o tema ao longo da história e as várias funções do estupro em ambientes em guerra. A feminista concluiu que o estupro é uma forma de violência de gênero, sendo utilizado para estabelecer e afirmar as relações de poder existentes na sociedade patriarcal. A autora afirma que “todo estupro é um exercício de poder” (BROWNMILLER, 1975, p. 256), comprovando que esse tipo de violência é utilizada para perpetuar a hierarquia de gênero fundamentada na dominação masculina. Ou seja, o estupro é menos sobre impulso ou desejo sexual e mais sobre uma condição de dominar o corpo das mulheres. Já no Brasil, o anseio e luta pelos direitos individuais das mulheres ocorreu da seguinte forma:

No caso brasileiro, a violência contra as mulheres foi o tema priorizado na agenda do movimento feminista ao longo da década de 1980, com a denúncia dos crimes de homicídio cometidos contra mulheres por seus maridos ou ex-companheiros sob a alegação de “legítima defesa da honra”. A denúncia da violência doméstica a partir de slogans como “quem ama não mata” conferiu visibilidade ao movimento social e político e impulsionou um ativismo social visando políticas públicas nesse campo. As demandas legais e por políticas públicas no campo da violência sexual fazem parte deste processo como uma agenda mais recente, que ganhou maior visibilidade nacional nos anos 1990: feministas problematizaram o predomínio da moralidade pública e da família, em detrimento dos direitos individuais das mulheres. [...] Atualmente, em razão destas pressões, a violência sexual se tornou crime hediondo, incluída em nova parte designada como “crimes contra a pessoa individual”. Em 2009, o crime de atentado ao pudor foi fundido ao crime de estupro, de forma que o artigo 213, atualmente, estabelece que estupro é “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Passou-se a chamar de “estupro de vulnerável” o crime de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos ou com alguém que não tem, por enfermidade ou deficiência, o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (ROST; VIEIRA, 2015, p. 266)

A história da luta feminista contra o estupro portanto passou pelo reconhecimento do ato como uma demonstração de poder comum em sociedades patriarcais nos anos 60 e 70. Após isso, houveram embates para que a legislação e a sociedade compreendessem profundamente o conceito de consentimento, culminando em leis que protegem pessoas em situação de vulnerabilidade e também em relação aos companheiros. Por muito tempo houve o mito de que o estupro é praticado apenas por desconhecidos, mas dados ao longo dos anos provaram o contrário. Os dados disponibilizados em setembro de 2019 pelo 13 Anuário de Segurança Pública²¹ mostram que três quartos das vítimas de estupro conhecem as vítimas. Comprova-se dessa forma que existem resquícios culturais de tempos em que as mulheres não tinham direitos individuais sobre o próprio corpo. Além destes dados alarmantes, acredita-se que o silenciamento histórico das mulheres ainda é uma barreira para conhecer os reais dados sobre assédio e abuso sexual no Brasil. Estima-se que os números disponíveis representam cerca de 10 a 20% dos números reais (Carmen CAMPOS; Lia MACHADO; Jordana NUNES; Alexandra SILVA, 2017, p. 989).

Apesar do termo "cultura do estupro" não ser um conceito tão atual assim, ele ganhou destaque nos últimos anos com as redes sociais sendo utilizadas cada vez mais pelas militantes feministas para expôr casos de abuso e assédio sexual. Este cenário de militância virtual trouxe essas questões à tona no Brasil e em outras partes do mundo e vale a pena reconhecer essa característica da quarta onda do feminismo. É um momento em que se luta contra a cultura do estupro e o tema nunca teve tanto destaque na esfera pública. Ainda assim, os números de caso de estupro no Brasil não param de crescer, especialmente contra as mulheres negras, como já apontado no início deste capítulo.

Pensando em todas essas questões levantadas sobre como a bibliografia feminista compreende como a quarta onda do feminismo, podemos avançar no próximo tópico com algumas perspectivas para o momento atual do feminismo, considerando o momento político e também o que a pesquisa empírica e documental deste trabalho permitiu investigar.

²¹ Brasil registra mais de 180 estupros por dia; número é o maior desde 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-mais-de-180-estupros-por-dia-numero-e-o-maior-desde-2009.shtml>>. Acesso em 10 de dez. de 2019.

2.3 Perspectivas para o ciberativismo feminista

Uma preocupação constante no decorrer deste trabalho foi sempre buscar ponderar avanços e limites ao pensar o ciberativismo. Tanto os *tweets* analisados com os dados obtidos a partir das entrevistadas nos permitem fazer tais ponderações. Como já analisado nos capítulos anteriores, a história do feminismo é constituída por grandes avanços e conquistas, mas também por questões que valem a pena ser debatidas e onde a autocrítica deve sempre aparecer. A partir do estudo realizado e tendo em vista esse tipo de reflexão crítica, é possível apontar algumas perspectivas para o momento presente e em um breve futuro, presumindo o caminho já traçado até aqui.

Pensando neste cenário, um ponto que não podemos deixar de lado ao explanar este assunto criticamente é a questão dos algoritmos. Apesar de todos os ganhos conquistados com o ciberativismo no que diz respeito principalmente ao acesso facilitado a informação, não podemos deixar de refletir sobre o papel das grandes empresas por trás das redes sociais. Diversos casos notórios que ferem o conceito de democracia aconteceram nos últimos anos e serviram para o questionamento da neutralidade das redes sociais. Muitas bibliografias trabalhavam com a ideia de que a tecnologia por trás da internet seria neutra, o que poderia ser uma oportunidade para o fortalecimento da democracia, visto que a produção de conteúdo neste espaço seria o fator responsável pela subjetividade nas redes sociais. No entanto, não podemos deixar de salientar o papel da subjetividade de quem está por trás das redes sociais e da inteligência artificial no geral. A subjetividade de quem construiu esses ambientes deve ser analisada criticamente, pois ela é responsável por transmitir visões de mundo, afinal, a tecnologia desempenha mais do que simples matemática, existe uma intencionalidade que reflete as relações de poder presentes na sociedade. Como já pontuado nos capítulos anteriores, as redes sociais não são um ambiente deslocado da sociedade. Nestes ambientes *online* se reproduz o que está em vigência no cotidiano como um todo, portanto, não é de se espantar que os algoritmos não sejam neutros.

Os algoritmos estão presentes tanto nos aplicativos como na nossa vida, e nada mais são do que comandos e orientações programados para serem seguidos – em uma explicação rasa, porém de fácil entendimento. Muitas vezes, olhamos para essas tecnologias com um olhar pouco crítico, quase deslocado das aplicações reais. Mas o que está em jogo é: as tecnologias e os aplicativos não são neutros. Nós precisamos começar a olhar para essas

funcionalidades a partir do entendimento de que elas carregam uma visão de mundo, ou seja, o olhar, os objetivos, as intencionalidades e as subjetividades de quem está criando, pensando e estruturando essas ferramentas. (Silvana BAHIA; Larissa BISPO, 2019)

Precisamos entender a questão da não neutralidade das redes sociais para seguir analisando criticamente o ativismo feminista nestes espaços. Como já explanado no primeiro capítulo deste trabalho, se o conteúdo publicado nas redes sociais é de única e exclusiva responsabilidade de quem o produz, os discursos de ódio podem ser legitimados nestes ambientes. Se os responsáveis por essas plataformas não se responsabilizam pelo que ali é publicado isso abre brechas para a reprodução de discursos misóginos, racistas, LGBTfóbicos, entre outras diversas formas de violência.

Mark Zuckerberg, Mike Krieger, Reed Hastings, Travis Kalanick, Garrett Camp, Ben Silbermann, Jack Dorsey, Biz Stone, Noah Glass, Evan Williams. Esses são os nomes dos criadores e fundadores de alguns dos aplicativos mais conhecidos no mundo. O que eles têm em comum? Além de todos terem obtido muito sucesso com suas invenções, a grande maioria – senão todos – são brancos, heterossexuais e do hemisfério norte. Mas talvez você nunca nem tenha ouvido falar deles – os responsáveis por aplicativos que, muito provavelmente, você utilizou hoje mesmo. Em um mundo onde a privacidade está em jogo e relações de poder permeiam os meios digitais, qual a importância de conhecer quem está por trás dessas novas invenções que fazem parte das mudanças que estão transformando o mundo e a maneira de nos relacionarmos? (BAHIA; BISPO, 2019)

Se compreendemos que é impossível que as redes sociais e a inteligência artificial no geral sejam neutras, podemos prosseguir com análises e argumentos que foquem menos na responsabilidade individual e mais na forma como as redes sociais e as tecnologias em geral foram pensadas para funcionarem. Uma questão importante a ser pensada é o fato de que os conteúdos aos quais cada usuário tem acesso são estipulados por filtros a partir do que o algoritmo considera importante para cada pessoa. Sendo assim, é muito provável que cada usuário esteja inserido em uma bolha daquilo que acredita ou que gostaria de ver. Portanto, esses filtros presentes nas redes sociais também podem causar uma falsa sensação de progresso. Os efeitos desses filtros podem ser perversos e a solução não está nas mãos de quem utiliza as redes sociais.

Pode-se pensar que a solução está nas mãos do usuário, que é o principal responsável pela constituição dos filtros ao ter a possibilidade de escolha na hora de clicar num link, curtir ou compartilhar algum conteúdo, moldando assim ele mesmo o perfil do conteúdo que lhe será oferecido. no entanto, as pessoas clicam não apenas naquilo que consideram relevante, mas também em conteúdos irrelevantes, de modo que o filtro acaba entendendo como relevante o que na verdade não é, ou

não o é para essa ou aquela pessoa, e assim a ideia de relevância se perde. (BITTENCOURT, 2015, p. 128)

Se pensarmos que por exemplo, uma pessoa consome uma notícia falsa uma única vez, o mesmo tipo de conteúdo fica salvo nestes filtros e continua sendo replicado em outras postagens similares que irão aparecer para essa mesma pessoa. O mesmo ocorre com discursos de ódio ou ainda com uma determinada posição política. Quando isso ocorre, acontece o oposto da democratização. Esses filtros são uma ameaça às sociedades democráticas.

[...] a bolha dos filtros resulta de um processo de personalização que inibe acesso a conteúdos divergentes. As consequências são graves e cada vez mais abrangentes. Ideais de conectividade cívica, democracia e transparência, anunciadas no início da popularização da internet e da web são fortemente tolhidos por algoritmos como o EdgeRank, do Facebook. (Maria Clara Aquino BITTENCOURT, 2015, p. 127)

Os algoritmos, portanto, tendem a isolar pessoas em bolhas de conteúdo, fazem com que o *feed* seja altamente personalizado, sem o aparecimento de opiniões divergentes e até mesmo podem mudar o rumo de eleições. O caso mais notório envolvendo manipulação de dados é o da empresa *Cambridge Analytica*, a qual foi acusada de manipular diversas eleições a partir de dados de usuários do *Facebook* e algoritmos que mudaram completamente o rumo das eleições nos EUA e no Reino Unido. Portanto, é urgente considerar os efeitos do uso de dados pessoais nas redes sociais e dos algoritmos das mesmas. Essa questão traz à tona a dificuldade em conseguir, de fato, se informar pelas redes sociais e assim conseguir alcançar uma sociedade mais democrática. Afinal, como é possível ter acesso à informações confiáveis se os algoritmos decidem o que vai aparecer em cada *feed* ou não? Assim sendo, falar de democratização a partir do uso das redes sociais sempre será um assunto complexo e que demanda ponderações sobre várias questões. Ao longo dos anos a bibliografia sobre internet e redes sociais teorizou sobre diversos aspectos, desde uma visão extremamente utópica, passando pelo pessimismo e chegando até as ponderações, caminho no qual o presente trabalho permanece.

Deixando a questão dos algoritmos de lado por hora, outra questão preocupante quando pensamos no futuro do ciberativismo é a cultura do cancelamento. Tanto para o futuro do ativismo feminista como um todo, como se pensarmos na saúde mental das mulheres que se disponibilizam a gastar o seu tempo com a militância. Isso porque as militantes lidam com

diversos ataques, desde discursos de ódio feitos pela extrema esquerda, até mesmo dentro do feminismo quando os embates nem sempre ocorrem pelo diálogo. Neste cenário, a cultura do cancelamento tem sido recorrente. Esse tipo de ação tomou conta dos embates ocorridos nas redes sociais no ano de 2019 e ainda não possui teorização sobre.

Ao ser questionada sobre o custo emocional da militância *online*, Mulher-Potente conta como acontece com ela:

Eu até que lido bem com isso. Eu tenho várias amigas que saíram das redes porque adoeceram, enfim. Para além dos ataques que a gente recebe, xingamentos, ameaças... É, eu sofri ameaça no *inbox* do meu *Facebook*, das pessoas irem lá e falar merda sabe, mas eu fui me fechando. Fechando meu perfil, fechando meu *inbox*. Privando as ações, os espaços, protegi meus filhos também né, não coloquei lá informações sobre os meus filhos porque eles também têm *Facebook* então eu fiz essa coisa de proteger quem tá muito próximo de você, no meu caso foram meus filhos. Pra que não chegasse até eles essa agressão, mas todo texto que eu publiquei, eu sempre tive ataques. (MULHER-POTENTE, 2019)

Existe um risco real quando essas mulheres decidem se posicionar sobre assuntos que geram alguma polêmica e neste caso, a entrevistada prezou pela segurança de seus filhos em primeiro lugar, visto que já recebeu diversas ameaças por textos que escreveu ao longo dos anos em sua trajetória de ativista.

Para Mulher-Resistência, uma questão que aparece em vigor é a forma como os embates estão ocorrendo no presente momento dentro da militância feminista. Para ela, desta forma, tende a enfraquecer o movimento:

Então, ao meu ver o que ocorre é o seguinte, a gente separou os feminismos em várias esferas e aí ao separar o feminismo em várias esferas, a gente começou a separar as mulheres dentro dessas esferas também. Não falo de lutas de classe e raça, o feminismo negro é extremamente necessário, o feminismo marxista que tem uma luta de consciência capitalista, ele já poderia estar dentro de um feminismo genérico. Mas aí a gente começa a separar uma feminista boa de uma feminista ruim, o que eu vejo muito são pessoas demonizando duas vertentes de feministas e não é nem criticando, é demonizando mesmo. São elas as feministas liberais e as feministas radicais. Eu tenho problemas com esses dois tipos de feministas, elas têm questões que são problemáticas mesmo. Só que demonizá-las e colocar numa casta de que existe feminista boa e existe feminista ruim, eu por exemplo já vi aqui perto num muro escrito "morte às rad". Como uma mulher pixa que quer matar outra mulher? E justifica isso com feminismo. (MULHER-RESISTÊNCIA, 2019)

Nitidamente, embates sempre ocorrerão dentro do movimento feminista, mas com a cultura do cancelamento estes embates estão ocorrendo cada vez mais sem diálogo, a partir da humilhação pública nas redes sociais e do linchamento virtual. Certamente este não é um caminho democrático. A cultura do cancelamento prega a existência apenas de dois pólos: ou determinada pessoa é boa, ou é má. Basta qualquer deslize, especialmente cometidos por pessoas de grande notoriedade *online*, para que haja severas consequências.

Ainda explorando a fala de Mulher-Resistência, podemos perceber que o próprio patriarcado tende a se apropriar da cultura do cancelamento, afinal, se o feminismo tem embates dessa forma dentro do movimento, o patriarcado já não precisa se esforçar tanto para persistir com o silenciamento das mulheres e de outras populações minorizadas.

O patriarcado jogou a gente em um ringue e falou elas que lutem. Porque do jeito que as coisas vão indo, ele vai vencer, o machismo vai vencer. Porque essa cultura do cancelamento tem sustentado isso. Lembra da cultura do lacre? Que era a necessidade de dar uma resposta que humilhasse a outra pessoa, independente dessa outra pessoa ter feito um ataque muito baixo de fato, de cunho machista, racista, homofóbico, qualquer outra coisa, independente disso a cultura do lacre virou: não importa o que eu fale, eu tenho que lacrar em cada palavra, eu tenho que ser aplaudida em cada palavra que eu disser. E essa cultura do lacre só afastou mulheres do feminismo. E eu não estou dando uma de santa não, mas é porque é o que eu trabalho, o que faço, é minha luta, o que eu tive de recolher mulheres que tentaram falar sobre o feminismo, que tentaram perguntar sobre o feminismo e levaram uma lacrada e daí pegaram uma versão absoluta do feminismo, olha... O que de bom o lacre trouxe? Nada! E o cancelamento vai ser pior. Porque o cancelamento vai ser muito bem usado pelo sistema patriarcal, pelos homens brancos. Ele vai ser muito bem usado para que a gente comece a se cancelar. (MULHER-RESISTÊNCIA, 2019)

Fica nítido que é preciso combater a cultura do cancelamento ou isso poderá impedir cada vez mais que mulheres acessem o feminismo e desta forma a luta estará esvaziada.

No entanto, ainda existe uma aposta para o futuro do ciberativismo. Pensando em mudanças na política representativa, por exemplo, podemos observar que cada vez temos mais candidatas mulheres e que essas candidatas são cada vez mais diversas. Pensando na política representativa, a internet e a campanha nas redes sociais ajudou mais mulheres a se candidatarem por conta dos custos reduzidos e também possibilitou que mais mulheres pudessem se engajar no ativismo pelos votos em mulheres.

Eu acho que, retomando o que eu falei lá no começo, eu sou uma feminista político-social, eu acredito que o próximo ano será um ano de eleição de mulheres e ele se dará pelas redes. A gente já tem algumas campanhas, hashtags #MaisMulheresNaPolítica,

#MulheresNoPoder, #AgoraÉaVezDelas e eu acho que a rede vai ser o grande apoio das mulheres, até porque não vai ser o capital né. Então, eu acredito que a gente tem como usar hashtags, tem como usar a rede pra nos fortalecer. E se a gente conseguir colocar mais mulheres na política isso vai nos fortalecer em todas as esferas, em todos os locais. (MULHER-RESISTÊNCIA, 2019)

Dessa forma, ainda que com limites e com pequenos passos, o cenário político representativo pode sofrer algumas mudanças. Ao ser questionada sobre a diferença que faz o uso das redes em relação aos demais meios de comunicação, Mulher-Transgressora respondeu que o preço e a conscientização para que mulheres votem em mulheres acontece muito mais por estes meios:

É barato e atinge pessoas. Atinge as outras mulheres. E principalmente porque a gente tem que começar agora uma campanha de conscientização nas redes sociais para mulheres votarem em mulheres, sabe. Ainda que a gente não use a palavra feminismo, a gente sabe que é feminismo. A gente sabe que o simples ato de votar é o início de praticamente tudo. Então eu acho que a conseguiria fazer um ciclo muito bonito começando lá no sufrágio e terminando com as eleições de muitas mulheres, com equiparação, com paridade de mulheres no congresso, no senado. Então eu acredito que o ano que vem será um ano de campanhas de mulheres na internet. E que será um divisor de água para todas as outras campanhas, se nós continuarmos num país democrático, de direitos. Acho que a partir do ano que vem nunca mais as coisas serão como eram. Cada vez mais mulheres, cada vez mais jovens, cada vez mais representativas. Então eu estou aguardando muito ansiosamente por isso. (MULHER-RESISTÊNCIA, 2019)

É válido pensar nos caminhos de abertura trazidos pelo ciberativismo. Tanto para a política representativa como para a discussão de determinados temas antes vistos como intocáveis. Se antes nem ao menos falava-se sobre as questões de assédio e abuso sexual, com as exposições de relatos pessoais e campanhas *online*, o tema veio em cheio à esfera pública. Desta forma, influenciou campanhas publicitárias, discursos de pessoas famosas, modificou relações na indústria do entretenimento e até mesmo tornou-se tema de produções literárias. Abaixo, apenas alguns exemplos de tweets que reforçam a ideia de que no caso da campanha #MeToo, diversas transformações tornaram-se visíveis:

Novo comercial da Gillette retrata masculinidade frágil e tóxica: Recentemente, a Gillette lançou um novo comercial que surpreendeu o público. Nesse novo anúncio viral, a empresa faz uso da realidade brutal do movimento #metoo

O elenco de YOU concordou que filmar durante o movimento #MeToo afetou as filmagens cada vez mais - especialmente as cenas entre Beck e Joe. Elizabeth disse que ela e Penn

tenham um diálogo aberto sobre o que estava acontecendo e ajudou muito durante as filmagens.

Em 2018, o conto Cat person viralizou. Publicado no New Yorker, a história se tornou a segunda mais lida do jornal naquele ano. O texto ajudou a expandir a discussão gerada pelo movimento #MeToo e deu voz a mulheres que já passaram por experiências sexuais desconfortáveis.

Lingerie francesa se reinventa em tempos de #MeToo

História de Kristen Roupenian sobre relacionamento tóxico virou sensação literária em 2017, na esteira do movimento #MeToo

O movimento “#metoo” ou “NiUnaMenos” foram ondas que tiraram as vítimas do silêncio

Para além destes exemplos, certamente muitos outros e sobre outras campanhas realizadas pelo *Twitter* poderiam ilustrar as transformações alcançadas a partir do ciberativismo. No caso, buscamos trazer exemplos contidos dentro da seleção de *tweets* utilizada como amostra.

Marcia Tiburi define o feminismo como um contradispositivo para ilustrar a atuação do movimento. Considerando o que o filósofo Michel Foucault define como poder, sendo um dispositivo feito de ideias prontas, de certezas, dogmas e opressões. Esse dispositivo causa muita violência com o intuito de manter o poder centrado no privilégio de gênero, classe, raça, sexualidade, entre outros aspectos normativos. Assim sendo, o feminismo atuaria como uma agulha que fura essa bolha (TIBURI, 2018, p. 40). A partir dessa ideia, cabe ainda considerar que o feminismo atua com diversas agulhas em diversas bolhas, construindo de forma coletiva e aos poucos em rumo à utopia de um mundo possível em que ser mulher não signifique o risco de sofrer os diversos tipos de violência de uma sociedade patriarcal. É válido lembrar que embora muitas vezes o objeto de poder ao qual são direcionados esforços da luta feminista seja o homem branco cisgênero heterossexual, o feminismo, ou pelo menos boa parte dele, não busca combater essa figura. O feminismo é um projeto macro para a sociedade e o movimento também traz ganhos para os homens. O feminismo liberta das expectativas normativas de gênero, mostra aos homens que é possível ser vulnerável e desconstrói a masculinidade tóxica. Define-se o conceito de masculinidade tóxica como uma característica do homem, enquanto classe e não indivíduo, produto do patriarcado. Define-se, desta forma, como o homem que vive afirmando o seu local de poder na sociedade, seja com

discursos ou ações, com diversas demonstrações de masculinidades e signos atribuídos ao masculino. Existe uma urgente demanda para que os homens aliados da luta feminista desconstruam a masculinidade tóxica em si mesmos e em seus ambientes de convívio. Desta forma, o movimento feminista busca trazer uma sociedade sem expectativas normativas de gênero, estas que aprisionam também os homens. Afinal, o feminismo também busca trazer benefícios aos homens, visto que luta por uma sociedade mais libertária como um todo, não apenas para as mulheres. Os homens são grandes aliados desta luta quando reconhecem que ocupam um lugar de privilégio em relação ao gênero e buscam utilizar deste espaço para atingir outros homens que também se situam no lugar de privilégio.

O feminismo, afinal, é este movimento teórico/prático criativo. Que se inventa e se reinventa a cada instante. Com a ajuda dos meios de comunicação *online* o movimento alcançou um patamar jamais antes imaginado. Mulheres se conectaram, muitas se descobriram feministas, outras se aprofundaram e se reafirmaram como feministas. Nestes meios, o feminismo se reinventa constantemente. Na luta coletiva, novas formas de combate são criadas, novas estratégias. Novas demandas são levadas diariamente à esfera pública. É também um momento de autocrítica do movimento feminista. É o momento dos protagonismos que estes meios proporcionaram. Todas as mulheres com acesso à rede podem contar a sua própria história sem intermédios. E essas são grandes potências a serem consideradas.

Ainda existe um longo caminho a ser percorrido e um dos grandes desafios no momento é o enfrentamento contra o conservadorismo. É um momento em que as feministas enfrentam a autocrítica e discutem estratégias para resistir em frente a um governo que fere em diversos aspectos a democracia. É um momento para avaliar as conquistas feministas alcançadas pelo ciberativismo, mas também é um momento para refletir sobre as questões já explanadas neste capítulo e pensar em novas estratégias necessárias para lidar principalmente contra o conservadorismo que se expande pelo cenário brasileiro no presente momento.

Considerações finais

Tendo em vista que o presente trabalho buscou analisar como ocorre a circulação de ideias feministas na rede, a partir da seleção de *tweets* e de entrevistas com ciberativistas de Maringá-PR e região, podemos fazer conclusões específicas sobre a amostra analisada e também sobre questões mais abrangentes. No que diz respeito a pesquisa empírica feita com as entrevistadas, podemos presumir que neste contexto, com essas mulheres em específico, já existia um conhecimento prévio sobre o feminismo, na maioria dos casos este contato ocorreu na universidade. Esse dado, no entanto, não diminui o potencial democrático do ciberativismo. Afinal, todas as entrevistadas neste contexto revelaram que as redes sociais auxiliaram no sentido de aprofundar conhecimentos, aliviar a solidão, construir vínculos com outras ativistas e a persistir na luta em momentos que não poderiam estar presente de outra maneira. A democratização, ainda, vai além.

Já os *tweets* coletados forneceram material para outros tipos de reflexões. Foi possível compreender que embora desabafar nas redes sociais sobre casos de assédio e abuso sexual possa ser uma estratégia contra o silenciamento histórico imposto às mulheres, é preciso ter cautela. O momento atual é favorável a ataques misóginos, visto que o atual momento político do país influencia e normaliza discursos de ódio. Além disso, o presente trabalho também apontou no capítulo 3 que as redes sociais e outras plataformas *online* pouco ou nada têm feito para se responsabilizar pelos atos violentos que ali ocorrem. Ainda sim, podemos afirmar que muitas mulheres encontram voz e autorrecuperação (HOOKS, 2019, p. 81) ao disponibilizar suas vivências nas redes sociais. Percebemos com os *tweets* e com a bibliografia estudada que em muitos casos essas mulheres não procuram encontrar ou ainda punir um culpado, mas procuram fazer ouvir suas histórias que causam grande agonia quando permanecem em silêncio. Para muito além de procurar culpados ou se amparar nas leis punitivistas, presume-se que esses relatos são catárticos para quem vivenciou tais histórias. Alguns ainda são no sentido de alerta, para que não se repita com outras mulheres, com intuito de exercitar a sororidade. A sororidade por sua vez, um conceito amplamente discutido dentro do feminismo e muitas vezes visto como utópico, pode encontrar uma ponta sólida nestes casos. A intenção de alertar outras mulheres sobre um risco eminente tem sido recorrente nessa forma de ativismo. Solnit escreveu que o contrário do silêncio é a coragem.

Pensando no que o uso das *hashtags* propostas trouxe para o feminismo, podemos entender que se o movimento luta para que as opressões sejam vistas pela sociedade, *hashtags* e outras ações *online* trazem como proposta principal descortinar para a questão do assédio e

do abuso sexual, temas antes muito pouco debatidos na esfera pública. O protagonismo das vítimas também é uma questão a ser levada em consideração, visto que a luta contra o silenciamento se faz a partir da quebra do silêncio imposto durante séculos de opressão.

No entanto, compreendemos que a questão da democratização do feminismo é muito mais profunda do que permite o objeto de estudo avaliar. Pensar em democratização implica em pensar a estrutura como é e a nível estrutural é complicado pensar em uma mudança apenas a partir do que foi proposto neste estudo. Para que de fato aconteçam mudanças significativas é preciso que o movimento permaneça nutrindo um caráter de unidade, pois toda luta acontece em conjunto. Mesmo com as diferenças entre os feminismos e dos feminismos com outros movimentos sociais, a unidade da esquerda em certos momentos é primordial, se a luta é contra uma variedade de situações injustas que acontecem constantemente na sociedade. Tiburi nos alerta que a interseccionalidade dos movimentos sociais é feita a partir de lutas "junto com" (TIBURI, 2018, p. 55), ou seja, lutar pelo direito das mulheres é também lutar pelo direito da população negra, da população indígena, das pessoas trans. É preciso entender que a luta por direitos não se constrói na esfera individual, pois implica na construção de uma sociedade mais ética, é lutar por uma sociedade onde todas tenham espaço para existir, em conjunto. Lorde nos alerta que os movimentos de direita possuem uma unidade contra as populações minorizadas há tempos e portanto é preciso construir uma unidade também dentro dos movimentos de resistência, pois não é possível lutar apenas contra uma forma de opressão, afinal elas estão interligadas (LORDE, p. 1). Se considerarmos que não existe hierarquia de opressão, pois não se capitaliza o sofrimento, apesar de ser necessário atentar-se às opressões específicas de cada grupo, podemos perceber que precisam existir espaços para o diálogo dentro do movimento. Pensando nessas reflexões, nos damos conta que a luta pelo lugar de fala e contra o silenciamento pede a construção de um lugar de escuta, afinal, um não existe sem o outro. Dessa forma, é preciso reconhecer que quem ocupa lugares privilegiados, possui mais poder de fala e com isso é urgente que construa-se locais de escuta. As feministas ainda ouvem muito pouco umas às outras. É através da construção de lugares de fala com equidade, da escuta ativa e dessas trocas que será possível construir um movimento mais ético, com espaço para o diálogo e potente para realizar transformações estruturais.

Referências

ABREU, Lua Lamberti de. Pe-drag-ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2019.

AMPUJA, Marko. A Sociedade em rede, o Cosmopolitismo e o “Sublime Digital”: reflexões sobre como a História tem sido esquecida na Teoria Social Contemporânea, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos Acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Extimidade: o fim da intimidade. La Repubblica, 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42263-extimidade-o-fim-da-intimidade>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BELANÇON, Milena Cristina. Feminismo no Estado: diálogos conceituais. In: IV Seminário participação política e democracia, 2019. Anais eletrônicos disponível em: https://eaafaa77-4df9-4c3f-95c5-1bd8d929c217.filesusr.com/ugd/c5d38c_7cfc18465e82454e89c8d636f98789d5.pdf. Acesso em 27 nov. de 2019.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. *Information, Communication & Society*, 15:5, p.739-768, 2012.

BEZERRA, Arthur Coelho; WALTZ, Igor. Privacidade, neutralidade e inimputabilidade da internet no Brasil: avanços e deficiências no projeto do marco civil. *Revista de Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, Florianópolis, v.16, n.2, p.157-171, maio/ago. 2014.

BIROLI, Flávia. "O público e o privado", in MIGUEL, Luis Felipe E BIROLI, Flávia. (orgs). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 31-46, 2014.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. Mídiação do ativismo e jornalismo digital: o impacto dos filtros do Facebook nos processos de produção e circulação de conteúdos de coletivos midiáticos. *Revista latinoamericana de ciencias de la comunicación*, v. 12, n. 22, 2015.

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. Londres: Penguin, 1975.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora revista de arte, mídia e política*. v. 7, n. 21, 2014.

CAMPOS, Carmen Hein de et al. Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. *Revista Direito GV*, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 981-1006, jan. 2018. ISSN 2317-6172. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/73339/70474>>. Acesso em: 10 Dez. 2019.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança - movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

CERQUEIRA, Daniel. *et al.* *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Ipea, 2019.

COSTA, Cristiane. "A Nova Geração Política - Rede", in HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 43-60, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero. in HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). *Explosão Feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 241-251, 2018.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 16, p. 193-210, Apr. 2015.

_____. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In _____, Textos escolhidos de Audre Lorde, [s.l.], Herética Edições Lesbofeministas Independentes, [s.d.], p.1.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MIGNOLO, W. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

MORAES, Thiago Pérez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha. Os Protestos no Brasil: um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales, v. 9, n. 2, p. 193-306, 2013.

MULHER-FORÇA. Entrevista concedida à Mayara Larissa Benatti da Silva. Maringá, 2019.

MULHER-POTENTE. Entrevista concedida à Mayara Larissa Benatti da Silva. Maringá, 2019.

MULHER-RESISTÊNCIA. Entrevista concedida à Mayara Larissa Benatti da Silva. Maringá, 2019.

MULHER-TRANSGRESSORA. Entrevista concedida à Mayara Larissa Benatti da Silva. Maringá, 2019.

PAIVA, Cláudio Cardoso de ; SILVA, Irley David Fabricio da. Ciberativismo e democracia nas redes sociais. Um espaço de reivindicações e direitos. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2013, Mossoró-RN. Anais Intercom. Disponível em:
<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0823-1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? Rev. Bras. Ciênc. Polít., Dez, no. 6, p.339-363, 2011.

PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade Brasileira. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 51, n. 1, p. 98-106, Feb. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: Revista de Sociologia e Política v.18 n. 36, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>>. Acesso em 28 out. 2019.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Stephanie; SILVA, Cidinha Da. "Os Feminismos da Diferença - Feminismo Negro", in HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). Explosão Feminista. São Paulo: Companhia das Letras, 252-299, 2018.

SILVA, Jacilene Maria. Feminismo Na Atualidade: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SOLNIT, Rebecca. A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Schwarcz S.A, 2017.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. Revista Brasileira de Ciência Política, Dez 2012, no.9, p.169-203.